



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS: estudo de caso na Fazenda Monte Alegre SP**

ARLEI ROSA DOS SANTOS

Araras

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS: estudo de caso na Fazenda Monte Alegre SP**

ARLEI ROSA DOS SANTOS

ORIENTADOR: Profa. Dra. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2017

SANTOS, ARLEI ROSA DOS

DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS: estudo de caso na Fazenda Monte Alegre SP /
ARLEI ROSA DOS SANTOS. -- 2017.

73 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus
Araras, Araras

Orientador: ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

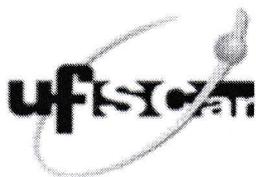
Banca examinadora: JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES,
REGINA MARIA DE SOUZA

Bibliografia

1. DESENVOLVIMENTO RURAL. 2. POLITICAS PUBLICAS. 3.
ASSENTAMENTOS RURAIS. I. Orientador. II. Universidade Federal de São
Carlos. III. Título.

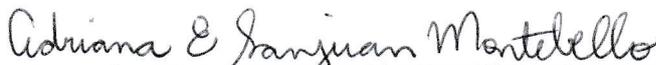
Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

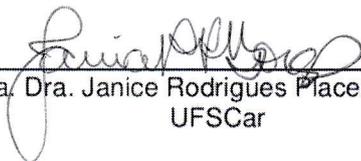


Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Arlei Rosa dos Santos, realizada em 17/07/2017:



Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello
UFSCar



Profa. Dra. Janice Rodrigues Piaceres Borges
UFSCar



Profa. Dra. Regina Maria de Souza
UNESP

Dedico esse trabalho a Tais Pereira de Freitas, esposa, companheira de todas as horas e para toda a vida.

À Nice de Fátima Pereira de Freitas Rosa dos Santos. Filha, e razão do meu constante reencontro e encantamento pela vida.

Dedico também aos meus pais: Clemencia Rosa dos Santos e João Sousa dos Santos, assentados rurais que em sua luta e permanência na reforma agrária qualificam e atribuem sentido ao termo agricultura familiar.

Que pássaros entoem cânticos de liberdade. Que o céu azul esteja em nosso imaginário como esperança. Que o sol brilhe e chegue ameno aos ombros de quem labuta a terra com suas mãos. Que a natureza nos oferte o pão: a provisão necessária. Que o verão seja a estação das lutas: pelo pão, pela vida, pelo trabalho digno, pela reforma agrária. Que muitos verões venham, mas que toda estação seja propícia à semear a agricultura familiar. (Arlei Rosa dos Santos)

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não é meu, não só. Posso ter materializado construções teóricas, posso ter sistematizado pesquisas empíricas, mas o que me cabe nesse trabalho é apenas uma parte, e essa, por mais elevada que se apresente, ou ainda, por mais significativa que possa ser na dimensão acadêmica (e prezo que seja) ainda assim é apenas uma parte.

Para dar créditos aos partícipes desse trabalho é preciso olhar antes a história da luta pela terra nesse país, desde a colonização até as mobilizações contemporâneas dos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária.

Esse trabalho é fruto da colaboração e empenho de milhares e milhares de pessoas que acreditaram e acreditam que é possível a construção de uma sociedade justa e igualitária. Todas essas pessoas possuem nome, família e história: uma identidade singular que, infelizmente, por razões escusas, não se permite ou não se atribui o mérito a elas. Nega-se a essas pessoas, não só a participação na construção das ciências, mas até mesmo o registro histórico da própria existência.

São mulheres e homens, do campo e da cidade, por vezes desprovidos de letramento escolar mas plenos de ricos saberes populares. Mulheres e homens que tem sua mão de obra expropriada pelo capital, mas que constroem utopicamente, em seu tempo presente, resistência legítima em enfrentamentos à opressão imposta à liberdade. Sonham e experienciam na práxis a busca pela emancipação humana. Essas pessoas construíram esse trabalho.

No tempo presente, tenho caminhado de mãos dadas com algumas dessas pessoas, o que me permitiu trazer mais elementos para pensar a singularidade humana.

Tais Pereira de Freitas, que na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, nas leituras e nos escritos esteve e está presente. Juntos transcendemos o desfecho da célebre frase dita em momentos de união,

materializando essa relação no trabalho que ficará para posteridade, *ad eternum* e, nesse sentido, nem a morte nos separará.

Quero deixar registrado o carinho e apreço especial a Maira Clara Piai, Analista de Desenvolvimento Agrário e ao Mauro Geraldo Cavichioli, Supervisor do GTC Araraquara – ambos da Fundação ITESP. Com atenção que lhes é característica, acompanharam de perto e se prontificaram no que foi necessário para a disponibilização dos dados que possibilitaram a pesquisa documental. Agradeço ainda a Leonora Comegno Queiroz, Gerente de Formação, Pesquisa e Acervo do ITESP pelo apoio na disponibilização de dados que permitiram concluir as análises propostas nesse estudo.

A todas e todos os beneficiários do Projeto de Assentamento Monte Alegre que, dedicam a vida à construção e efetivação da agricultura familiar e que sempre estão dispostos a receber e contribuir com pesquisas e estudos voltados a melhoria de políticas públicas.

Aos técnicos de campo do ITESP que dia a dia buscam e sistematizam informações importantes junto aos beneficiários do Projeto de Assentamento da Fazenda Monte Alegre. Esse trabalho se perfaz imprescindível. O levantamento de dados contribuem para elaboração de diagnósticos e leituras que é uma das formas de entender a realidade estabelecida e ainda qualificar a intervenção que busca a efetivação de direitos e melhoria das políticas para o lócus.

Com carinho, algumas amigas e amigos do Assentamento Monte Alegre: Jisele, Dona Maria, Elizete, Maria Aparecida (Preta) e Luizinho Garcez. Toninho (Meio quilo) e Dona Tereza. Bia e Eduardo, Dona Anésia e família. Dona Maria, Seu Isaque e Cida. Seu Luiz e Cida Preta. Dona Laurinda e Marcinho, Dona Zilda, Dona Maria e família. Seu Dorival e família. À eterna juventude do Assentamento Valdemilson, Valdinei, Danilo Marques (Nilão) e Negola. Atan Irmãos Biller e a turma do Horto. Uma lembrança saudosa a Seu Augusto, Seu Valdir, Neínha e aos meus heróis icônicos Mecs e Indínho Deus os tenha.

Aos meus Irmãos João e Wesley, meu sogro Seu Ronaldo e minha Sogra dona Fátima, cunhados e esposas. Ao meu filho Arlei Rosa dos Santos Júnior que por mais que tenhamos desencontros na vida sempre o amarei.

Agradeço ainda a minha mãe, Dona Nice, que sempre lutou por melhorias no assentamento e em especial para implementação e efetivação de políticas públicas para mulheres assentadas. Sempre me mostrou com suas inquietações, as indagações que nortearam minha vida e trajetória acadêmica. Ao meu pai que com serenidade e paciência sempre transmitiu a paz para seguir adiante. Amo vocês.

Por fim agradeço a minha orientadora Adriana Montebello, aos meus colegas de mestrado, em especial ao Fábio Augusto, Heliene Macedo, Vivian Kadry e Gustavo (Jagunçu). Rodrigo, André e Jânio. Professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR). À Cris, e demais funcionários técnicos do PPGADR, UFSCAR CCA Araras SP, muito obrigado. E finalizando de fato, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) que ao fornecer a Bolsa de Estudos possibilitou a minha permanência no Programa.

DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: estudo de caso na Fazenda Monte Alegre SP

Autor: ARLEI ROSA DOS SANTOS

Orientador: Profa. Dra. ADRIANA ESTELLA SANJUAN MONTEBELLO

RESUMO

A presente dissertação apresenta uma análise acerca de desenvolvimento rural e políticas públicas no assentamento Fazenda Monte Alegre, localizado nos municípios de Araraquara e Motuca no estado de São Paulo. Para a análise acerca do desenvolvimento rural foram enfocadas as dimensões populacional, econômica, social e ambiental, discutindo a relação com as políticas públicas necessárias para esse desenvolvimento. O estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada utilizando a técnica de pesquisa no estado da arte, buscando os artigos científicos publicados em periódicos indexados e que tratavam dos temas abordados no estudo. A pesquisa documental utilizou dados do Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP) acerca do Assentamento Fazenda Monte Alegre no período de 2011- 2014. A partir da análise realizada, verifica-se que o desenvolvimento rural no Assentamento Fazenda Monte Alegre está diretamente relacionado às políticas públicas. Ou seja, as dimensões que possuem características de desenvolvimento rural são aquelas em que as políticas públicas se fazem presentes. Sendo assim, são necessários investimentos por parte do Poder Público para garantir o desenvolvimento rural em todas as áreas de assentamentos rurais de reforma agrária.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Políticas públicas. Assentamentos rurais.

RURAL DEVELOPMENT AND PUBLIC POLICTS IN RURAL SETTINGS: a case study at Fazenda Monte Alegre SP

Author: ARLEI ROSA DOS SANTOS

Adviser: Profa. Dra. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis about rural development and public policies in Fazenda Monte Alegre settlement, located in the municipalities of Araraquara and Motuca in the state of São Paulo. For the analysis about rural development the population, economic, social and environmental dimensions were discussed, discussing the relationship with the public policies necessary for this development. The study was carried out based on bibliographical and documentary research. The bibliographic research was carried out using the technique of research in the state of the art, searching the scientific articles published in indexed journals and that dealt with the themes addressed in the study. The documentary research used data from the Land Institute of the State of São Paulo (ITESP) about the Fazenda Monte Alegre Settlement in the period of 2011-2014. Based on the analysis carried out, it is verified that the rural development in Fazenda Monte Alegre Settlement is directly related to public policies. In other words, the dimensions that have characteristics of rural development are those in which public policies are present. Thus, investments are required by the Government to guarantee rural development in all areas of rural agrarian reform settlements.

Keywords: Rural development. Public policy. Rural settlements.

LISTA DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1 - Artigos Científicos no Indexador Scielo.....	06
Quadro 2 - Relação de Assentamentos do Assentamento Fazenda Monte Alegre.	19
Quadro 3 - Culturas Anuais no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013-2014.	31
Quadro 4 - Oleicultura no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013 – 2014.	31
Quadro 5 - Culturas Anuais no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013-2014.	32
Quadro 6 - Principais culturas com maior rendimento no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013 – 2014.	33
Quadro 7 - Relação das famílias do Assentamento Fazenda Monte Alegre cadastrada no PAA em 2016 .	35
Quadro 8 - Tipos de renda em reais com a produção animal no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013-2014.	38
Quadro 9 - Pessoas não alfabetizadas em % por faixa etária no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013 – 2014 .	41
Quadro 10 - Pessoas não alfabetizadas por cor/raça com 15 anos ou mais no assentamento Fazenda Monte Alegre no período de 2013 – 2014.	41
Quadro 11 - Benefícios previdenciários no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013 – 2014.	44

LISTA DE FIGURAS

	Pag.
Figura1 – Faixa etária da população do assentamento Monte Alegre em % no período 2013/2014	24
Figura 2 – Gênero da população do assentamento da Fazenda Monte Alegre em % no período 2013/2014	25
Figura 3- Cor/Raça Informada da população do assentamento da Fazenda Monte Alegre em % no período 2013/2014	27
Figura 4- Cor/Raça Informada da população do assentamento da Fazenda Monte Alegre em % no período 2013/2014	28
Figura 5 – Escolaridade das pessoas com 15 anos ou mais, em %, no assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014.	39
Figura 6 – Crianças e adolescentes em idade escolar no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014	42

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	01
2 REVISÃO DA LITERATURA	05
3.REFERENCIAL TEÓRICO	09
3.1 O conceito de desenvolvimento rural e as políticas públicas.....	09
3.2 Os assentamentos de reforma agrária: reflexões iniciais.....	14
4 METODOLOGIA E FONTE DE DADOS	17
4.1. Pesquisa Bibliográfica.....	19
4.2. Pesquisa Documental.....	20
4.3. Percurso Metodológico.....	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5.1. Dimensão populacional.....	23
5.2. Dimensão econômica.....	28
5.3. Dimensão social.....	39
5.4. Dimensão ambiental.....	46
5.5. O Assentamento Fazenda Monte Alegre:.....	48
6 CONCLUSÕES	50
7 REFERENCIAS	52
ANEXOS	57
Anexo I Formulário de Solicitação de dados ao ITESP.....	58
Anexo II Comprovante de envio do ITESP.....	59

1 INTRODUÇÃO

Os estudos referentes a assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil ainda são incipientes na medida em que muitas abordagens são realizadas de forma limitada. A relação entre desenvolvimento rural e políticas públicas nesses territórios constitui uma temática pouco analisada, ainda que extremamente necessária para a compreensão das questões agrárias no Brasil contemporâneo.

A partir de pesquisa bibliográfica no estado da arte tendo como objetivo analisar políticas públicas e desenvolvimento rural em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, nota-se que há escassez de trabalhos que enfoquem a temática das políticas públicas para o desenvolvimento rural no lócus de assentamento de forma específica. Trabalhos como o de Medeiros (2015), analisam os processos históricos dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Já Ferrante e Barone (2011) propõem uma análise da dinâmica de assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo, destacando aspectos socioeconômicos da parceria com as usinas para a inserção da produção de cana de açúcar em áreas de assentamentos. Trabalhos como o de Souza (2008) e Stetter (2004) enfocam o Assentamento Fazenda Monte Alegre no estado de São Paulo, analisando a produção da cana de açúcar e os impactos socioeconômicos dessa produção.

No contexto dessa proposta de análise, faz-se necessário destacar que analisar o desenvolvimento rural e as políticas públicas em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária é fundamental para a reflexão, o debate e mesmo a propositura de ações voltadas para assegurar a equidade nos processos de desenvolvimento rural no Brasil, considerando que esses assentamentos rurais de reforma agrária são espaços significativos do chamado mundo rural brasileiro.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) publicou, em 2012, análises referentes ao Censo Agropecuário de 2006, com enfoque na reforma agrária, trazendo análises contemporâneas sobre esses territórios do meio rural brasileiro. De acordo com as análises, os estabelecimentos de reforma

agrária (assentamentos) correspondem a 12% das unidades pesquisadas no Censo Agropecuário de 2006, e a 9% da área total dos territórios rurais brasileiros (MARQUES; GROSSI; FRANÇA, 2012).

No que diz respeito à produção, ainda de acordo com o Censo de 2006, nos assentamentos, o Valor Total da Produção (VTP) correspondeu a 6% do valor nacional. Destaca-se também que em relação ao tipo de produção, os estabelecimentos de reforma agrária foram responsáveis por 9% da produção nacional de arroz, 9% da produção nacional de feijões, 15% da produção de mandioca, 11% da produção de banana (MARQUES; GROSSI; FRANÇA, 2012, p.71 -77). Além disso, de acordo com os dados do Censo, conforme os autores supracitados, os assentamentos foram responsáveis por 1% da produção nacional de algodão, 2% da produção de cana de açúcar, 3% da produção de trigo, e 4% da produção de soja (MARQUES; GROSSI, FRANÇA, 2012, p.78-79).

Esses dados auxiliam no entendimento da importância dos assentamentos rurais de reforma agrária para as análises referentes ao desenvolvimento rural no Brasil, na medida em que estes compõem a pluralidade dos territórios rurais do país. Considerando, por exemplo, os dados referentes à produção agrícola, é possível visualizar a importância dessas áreas na produção de alimentos. Tem-se assim que tais territórios são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil de forma geral, e por isso é necessário estudá-los, buscando compreender suas particularidades.

O locus da pesquisa que origina essa dissertação é o assentamento Fazenda Monte Alegre localizado nos municípios de Araraquara e Motuca no estado de São Paulo, que em sua totalidade constitui-se, um dos grandes projetos de assentamentos rurais no estado o que justifica o interesse em utilizá-la como referência para o estudo (INCRA, 2017, online). Importante destacar que há escassez de estudos que agreguem especificamente o debate de políticas públicas e desenvolvimento rural nesse locus específico, qual seja, a Fazenda Monte Alegre.

Dessa forma, o estudo apresentado nessa dissertação busca contribuir no sentido de analisar o desenvolvimento rural e as políticas públicas, tendo

como lócus para o estudo de caso, o assentamento Fazenda Monte Alegre no estado de São Paulo.

Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2016), o estado de São Paulo possui os seguintes números em relação a assentamentos de reforma agrária: famílias assentadas (17.336); números de assentamentos (272) e área de assentamento (347.760,41 hectares)

A Fazenda Monte Alegre é um desses assentamentos do estado de São Paulo estando setorizado por seis assentamentos distintos, sendo: assentamentos 3, 6 pertencentes ao município de Araraquara e assentamentos 1, 2, 4 e 5 pertencentes ao município de Motuca.

O assentamento Fazenda Monte Alegre, na análise de Ferrante e Barone (2011, p.11), tem como característica marcante a inserção territorial em uma região marcada pela agricultura modernizada com a preponderância das culturas da cana de açúcar e citros. Trata-se de um projeto de assentamento agrário inserido na região de agricultura mais modernizada no estado de São Paulo, conforme análise dos autores (FERRANTE e BARONE, 2011). A partir dessas considerações, o assentamento Fazenda Monte Alegre configura-se em um espaço importante para a análise acerca do desenvolvimento rural, dada sua inserção territorial em uma região com especificidades vinculadas a forma de se desenvolver a agricultura.

Diante deste contexto, o objetivo geral do presente trabalho é estudar o desenvolvimento rural e as políticas públicas na Fazenda Monte Alegre, entendendo que, conforme o parágrafo supramencionado, esse território é fundamental para as análises referentes aos assentamentos no estado de São Paulo. Os objetivos específicos são: 1) apresentar os significados e dados referentes às dimensões populacional, econômica, social e ambiental nos assentamentos rurais da Fazenda Monte Alegre 2) Verificar a existência das principais políticas públicas dentro de cada dimensão (populacional, econômica, social e ambiental) e que contribuem para o desenvolvimento rural em área de assentamentos. O recorte temporal para a realização da pesquisa foi o período de 2011 a 2014.

A presente dissertação está organizada em mais cinco seções, além dessa introdução. A segunda seção apresenta a revisão de literatura sobre o tema abordado nesta dissertação. A terceira seção apresenta o referencial teórico da abordagem apresentada. Nesta seção, discute-se a partir de diversos autores os conceitos de desenvolvimento rural e políticas públicas, bem como uma caracterização dos assentamentos rurais, enquanto espaços de reforma agrária. A quarta seção detalha a metodologia e a fonte de dados da presente pesquisa. Os resultados e discussão são apresentados na quinta seção e, as considerações finais sobre as principais contribuições do presente estudo estão na sexta seção.

A partir dessa estruturação sistemática, busca-se discutir o desenvolvimento rural e políticas públicas em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, tomando como caso para estudo, o assentamento Fazenda Monte Alegre.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Considerando a importância da pesquisa bibliográfica que foi realizada para conhecer as reflexões já realizadas acerca da temática desenvolvimento rural e políticas públicas em áreas de assentamentos rurais, faz-se necessário apresentar os resultados obtidos nessa etapa da pesquisa. Tais resultados possibilitam afirmar a escassez de trabalhos que tratam essa reflexão e justificam a necessidade da análise realizada nesse estudo.

No que diz respeito à pesquisa sobre os artigos científicos, no indexador scielo, escolhendo o método integrado e colocando a pesquisa no Brasil, utilizou-se como termos de busca as palavras assentamentos rurais. Não foram estabelecidos quaisquer outros filtros específicos, como datas, periódicos, áreas temáticas. Como resultados dessa pesquisa têm-se apenas 101 trabalhos em um universo de 573.525 artigos disponíveis na base de dados. Entre esses trabalhos, nenhum trabalho analisa especificamente o desenvolvimento rural e três trabalhos analisam políticas públicas específicas (educação e saúde).

Considerando o termo de busca desenvolvimento rural, tem-se 1.102 trabalhos. Ao aplicar-se o filtro para trabalhos em português tem-se 879 trabalhos. Nesses trabalhos, pesquisou-se o termo “assentamentos rurais” chegando a apenas 11 trabalhos, sendo que nenhum deles propõe a análise referente a políticas públicas para o desenvolvimento rural em áreas de assentamentos, mas analisam políticas específicas.

Utilizando o termo políticas públicas em assentamentos rurais, têm-se 10 trabalhos que tratam de aspectos relacionados a políticas específicas como segurança alimentar e nutricional, programa nacional de biodiesel, saúde ambiental e educação.

Ainda utilizando o indexador scielo, se o termo de busca é “Assentamento Monte Alegre” tem-se apenas 3 artigos científicos, sendo que um aborda a questão da produção e comercialização no assentamento Monte Alegre na região de Araraquara, o outro aborda a agricultura familiar também no Assentamento Monte alegre na região de Araraquara e o terceiro refere-se a

uma comparação entre assentamentos do Triângulo Mineiro havendo a referência a cidade de Monte Alegre em Minas Gerais.

O Quadro 1 sistematiza as informações referentes a pesquisa realizada sobre artigos científicos:

Termo de Busca	Números
Assentamentos Rurais	101 artigos
Desenvolvimento Rural	11 artigos
Políticas Públicas em assentamentos rurais	10 artigos
Termo Assentamento Monte Alegre	03 artigos

Quadro 01- Artigos Científicos no Indexador Scielo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Dessa forma, em relação à pesquisa bibliográfica realizada utilizando-se como técnica a pesquisa no estado da arte, pode-se afirmar que existe escassez de informações acerca do assentamento Fazenda Monte Alegre bem como análises de políticas públicas e desenvolvimento rural nesse território.

Essa escassez de informações expressa a invisibilidade do debate acerca do desenvolvimento rural em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil.

O território da Fazenda Monte Alegre tem sido objeto de pesquisas e estudos apontando-se entre eles, Souza et al (2008), Ferrante (2000), Stetter (2004) que a partir de diferentes dimensões vão trazer elementos para análise acerca do desenvolvimento rural e políticas públicas nesse lócus.

Souza et al (2008) destacam que os primeiros trabalhadores a ocuparem a Fazenda Monte Alegre, em 1985, eram “ex-bóias frias” fugindo do desemprego devido a mecanização do corte da cana de açúcar. Ressalte-se que, conforme a análise desses autores, um dos principais diferenciais dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre é o fato de eles estarem em um espaço onde o que prevalece é a agricultura modernizada, especialmente a

cana de açúcar. Contudo, como resultados do estudo, os autores apontam que as famílias residentes nesses territórios (especificamente assentamentos 1 e 4 do município de Motuca) historicamente estabelecem estratégias para garantir a sobrevivência. Entre essas estratégias, os autores apontam as alterações na forma de uso e ocupação da terra e alterações estruturais nos lotes para moradia. Em relação à ocupação da terra percebe-se a utilização da monocultura (especialmente a cana) para garantia de renda, bem como a destinação de áreas no lote para produção agrícola voltada para o auto consumo. Quanto às alterações nos lotes para moradia, uma das estratégias é a permanência dos filhos nos lotes, mas indo trabalhar na área urbana dada a proximidade dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre com essas áreas. Assim, tem-se a renda do trabalho “na cidade” sem os custos com aluguel e permanência na mesma (SOUZA et al, 2008).

Stetter (2004) ao analisar a questão da cana de açúcar na Fazenda Monte Alegre, apresenta em sua análise a presença significativa do Poder Público intermediando a relação entre os assentamentos e a iniciativa privada, propondo parceria entre esses.

Ferrante (2000) traz análises históricas acerca da constituição do assentamento Monte Alegre, destacando que a presença do Estado se faz sentir de várias formas. Entre essas formas é possível apontar essa presença na constituição do território através de incentivos e subsídios (ainda que escassos); no incentivo para produção e para garantia de sobrevivência nos primeiros anos (destaque para o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e ainda nos programas para construção de moradias.

A partir das reflexões referentes ao conceito de desenvolvimento rural, políticas públicas, assentamentos de reforma agrária é possível apontar que a partir das análises teóricas, o desenvolvimento rural em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária é um desafio, considerando-se tantos os limites históricos relacionados ao desenvolvimento rural de forma geral (NAVARRO, 2001) quanto às especificidades dos territórios de reforma agrária (FERRANTE e BARONE, 2008). É a partir desses elementos, apontados pelos

autores destacados, que se desenvolve o estudo apresentado nessa dissertação. Em relação ao desenvolvimento rural em áreas de assentamentos rurais, na literatura pesquisada, encontra-se a referência ao desenvolvimento de forma geral, sem a referência às dimensões abordadas nesse trabalho.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. O conceito de desenvolvimento rural e as políticas públicas

Pensar aspectos relacionados ao desenvolvimento rural no Brasil configura-se um desafio de múltiplas proporções. Freitas, Freitas e Dias (2012) apontam que uma das dificuldades em debater teoricamente desenvolvimento rural está no fato de que, na maioria das vezes, se define desenvolvimento a partir das concepções de progresso e crescimento econômico e define-se rural unicamente como um setor produtivo. Contudo, na análise desses autores, historicamente, passa a ser incorporado ao conceito de desenvolvimento aspectos como educação, saúde, assistência social. No que diz respeito ao mundo rural, amplia-se a concepção, passando-se a utilizar muito mais o conceito ruralidades, que engloba questões territoriais, costumes, tradições e não se limita a ser entendido como um setor da economia (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012).

Nessa construção, desenvolvimento passa historicamente a ser compreendido a partir de multidimensionalidades. Mas em termos objetivos, essa concepção traz outro desafio, aquele relacionado às dimensões que serão utilizadas para analisar tal desenvolvimento. Historicamente, diversas variáveis foram utilizadas, mas não se alcançou um conceito de referência.

Como proposta metodológica é possível abordar desenvolvimento rural definindo as dimensões que o caracterizam e neste estudo, a partir de autores como Kageyama (2004) e Stege e Parré (2013, online) optou-se por analisar as seguintes dimensões: populacional, econômica, social e ambiental. Assim, desenvolvimento rural nesse trabalho é entendido como o desenvolvimento analisado a partir dessas quatro dimensões, compreendidas da seguinte forma: a dimensão populacional remete aos aspectos demográficos, quantificados a partir de variáveis como natalidade, mortalidade e migração; a econômica relaciona-se com as condições estruturais e o desempenho econômico no lócus, considerando para tanto variáveis como renda, diversificação da produção e produtividade.

Em relação à dimensão social, verificam-se aspectos relacionados a qualidade de vida, expressos a partir das variáveis que se relacionam com educação, saúde, previdência, social e assistência social, e por fim, a dimensão ambiental, remete as questões de sustentabilidade do ambiente, observadas a partir das variáveis, utilização dos recursos naturais, e utilização de agrotóxicos (KAGEYAMA, 2004; STEGE E PARRÉ, 2013).

O conceito de desenvolvimento rural, dada sua amplitude, configura-se como um desafio para as reflexões que buscam entender a questão rural no Brasil. Trata-se de um conceito amplo, relativamente novo, e permeado por entendimentos diversos, assim como o próprio conceito de desenvolvimento.

É possível afirmar que o conceito de desenvolvimento rural vem alterando-se no percurso histórico no Brasil, verificando-se que especialmente a partir da década de 1970, na esteira da mudança de paradigmas trazida pela Revolução Verde, a ideia de desenvolvimento rural estava relacionada à implementação de ações (Estatais e Privadas) junto a regiões rurais pobres visando proporcionar o ajustamento das mesmas as propostas de modernização (SCHNEIDER, 2010).

A partir dos anos 1990, pode-se sinalizar o início de um processo de mudanças, em que se busca estabelecer novas bases para a definição de desenvolvimento rural, não se limitando a perspectiva da produção propriamente dita (tecnologias, insumos), mas ampliando a análise para diversas outras dimensões.

No documento elaborado para ser o Texto-Referência da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (BRASIL, 2013) em 2013, estão apresentados alguns conceitos e princípios e, entre eles, o conceito de desenvolvimento rural.

O conceito de desenvolvimento rural não é entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo. O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas etc.- que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Para tanto, é indispensável que essas populações ampliem seu acesso a recursos materiais e simbólicos - terra, crédito, conhecimento e informações,

organização etc., a bens e serviços - públicos e privados - e a oportunidades - de emprego, geração de renda, saúde, educação etc. originadas principalmente nas políticas públicas, mas também em mercados (BRASIL, 2013, p.13).

Tal definição supera a proposta de ações voltadas apenas para o incremento da produção agrícola em áreas rurais, e permite estabelecer as relações entre as diversas dimensões necessárias para o entendimento de desenvolvimento rural, especialmente aquelas apontadas no trecho citado, tais como ampliação de acesso à terra, crédito, conhecimento, emprego, renda, saúde, educação.

Schneider (2010, p.522) vai pontuar que a proposta de desenvolvimento rural vem sendo estudada e analisada por diversos autores que vão trazer perspectivas amplas para a conceituação de desenvolvimento rural. Mas, segundo o autor, mesmo com essa relativa modernização no espaço rural ainda persistem condicionantes ligados a “tradição política de tipo tradicional e patriarcal” que representam desafios e entraves ao desenvolvimento rural.

Navarro (2001,p.83-100) faz uma discussão acerca do desenvolvimento rural no Brasil, analisando conceitos que podem ser definidos como correlatos, entre eles, desenvolvimento agrícola e agrário, mas ressalta a atualidade da ideia de desenvolvimento rural englobando dimensões que não se limitam a questão da produção, ou ainda do incremento quantitativo e qualitativo da mesma. Segundo o autor, nas últimas décadas do século XX, a definição de desenvolvimento rural alterou-se profundamente.

Nessa direção, ressalta-se a análise de Grisa e Schneider (2015) compreendendo desenvolvimento rural em suas multifacetadas, com múltiplos atores, em múltiplos níveis, dimensões e setores, fruto de transformações no cenário socioeconômico e político brasileiro.

Convivemos ainda com dilemas e desafios que marcaram a formação econômica e social do Brasil e, particularmente, o processo de modernização da agricultura; vivemos um período de pujança da economia do agronegócio; narrativas liberalizantes interagem com uma retomada da intervenção dos Estados Nacionais; a diversidade social, cultural e econômica

do meio rural brasileiro vem à tona, exigindo o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, etc.; “florescem” grupos sociais reclamando direitos e a atuação do Estado; crescem os espaços de participação social, expressando o amadurecimento democrático da sociedade brasileira, mas lançando constantemente novos desafios à gestão pública no sentido de contemplar diferentes atores, ideias e interesses; e exigem-se, cada vez mais, processos que coadunem a dimensão ambiental, social, econômica e cultural. (GRISA, SCHNEIDER, 2015, p.14)

Como pode ser inferido a partir das propostas dos autores analisados, o desenvolvimento rural em suas diversas dimensões remete a relação entre Estado e Sociedade, daí a necessidade de conceituar as políticas públicas.

Considerando o Estado como principal ator para o desenvolvimento rural, como é possível perceber nas análises de Navarro (2001), Schneider (2010), Kageyama (2004), Ferrante e Barone (2008) é possível apreender o destaque dado às políticas públicas, entendidas basicamente como as ações do Estado nas diversas áreas da vida social.

A guisa de aproximação conceitual acerca de políticas públicas é possível referir Almeida e Alencar (2011, p.66):

Destarte, as políticas públicas constituem campos de tensão que resultam da própria composição dos espaços e esferas públicas em cada conjuntura, assim como produzem efeitos e significados bastante concretos nos modos de compreensão social da coisa pública. Não devem ser concebidas, nesta linha de raciocínio, numa perspectiva instrumental, muito embora possuam uma dimensão operacional, na medida em que são formas concretas de intervenção social, esforços dirigidos ao enfrentamento de necessidades sociais que são reais e socialmente reconhecidas. Deste modo, figuram como meios para se alcançar um resultado social, frutos de determinado estágio de pactuação social (ALMEIDA e ALENCAR, 2011, p.66).

Cumprir destacar também a análise de Fernandes (2015) que pontua que no período chamado de pós neoliberal, constituir e estabelecer políticas públicas tornou-se disputas por modelos de desenvolvimento bem como por

territórios, o que configura novos elementos da atual questão agrária. Segundo o autor:

A elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes. São as partes interessadas que em suas proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento. A influência de instituições e organizações da sociedade determinam os rumos das políticas de governos e das políticas de Estado (FERNANDES, 2015, p.382).

O termo políticas públicas, portanto, é utilizado nesse estudo fazendo referência as ações desenvolvidas pelo Estado em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, considerando como foco para a análise o desenvolvimento rural.

As políticas públicas para o desenvolvimento rural podem ser analisadas a partir da perspectiva da intervenção do Estado no meio rural. Conforme Grisa e Schneider (2015), as décadas de 1960 e 1970 constituem-se marcos cronológicos da intervenção do estado brasileiro na agricultura e meio rural. Nesse período, é importante apontar que o foco das políticas públicas para esse espaço estava na busca por alterar o padrão de produção, destacando-se as políticas de modernização da agricultura. A partir dos anos 1980 e 1990, nota-se uma mudança nessa direção, tendo em vista o avanço do neoliberalismo e ainda o ajuste estrutural no país, o que implica na minimização das políticas públicas, destacando-se a atuação da sociedade civil. A partir dos anos 2000, têm-se a diversificação do cenário para análise das políticas públicas no meio rural.

É nesse cenário que é possível destacar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento rural em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, na medida em que a partir da análise de Navarro (2001) algumas regiões rurais no país tiveram impactos econômicos e tecnológicos significativos, enquanto outras “parecem ainda dormir em contextos do passado”. Entre as razões dessa diferenciação é possível citar a questão da posse e uso da terra, que conforme análise de Martins (2000) remete ao

debate da reforma agrária. Segundo ele, a questão agrária tem a sua própria temporalidade e é essencialmente uma questão histórica.

Dessa forma, para melhor compreensão acerca da importância das políticas públicas para o desenvolvimento rural em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, é fundamental entender alguns elementos relativos à questão agrária e os assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil.

3.2. Os assentamentos de reforma agrária: reflexões iniciais

Para uma política de reforma agrária é preciso conhecer a questão agrária, o modo como à questão agrária se propõe na conjuntura atual. Em termos clássicos, a questão agrária é o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital.

Segundo Martins (2000), a questão agrária é mais do que a questão dos antagonismos de classes sociais. Na análise do autor a luta de colonos, trabalhadores nas fazendas, a visão da igreja, dos partidos políticos culminou no Estatuto do Trabalhador Rural (1962) que deu aos conflitos no campo o enfoque não fundiário e sim trabalhista, o que enfraqueceu a luta pela terra, pela reforma agrária, dividindo os trabalhadores rurais em dois grandes grupos: 1) Os que lutam por salários e direitos trabalhistas; e 2) Os que lutam pela terra. Essa divisão redefiniu os rumos históricos da sociedade brasileira e as possibilidades de mudanças.

Esse contexto, histórico e político, da luta pela posse da terra é fundamental para situar o debate proposto nesse estudo, na medida em que se busca analisar o desenvolvimento rural em um lócus específico, o de assentamentos rurais de reforma agrária.

Medeiros (2015) faz uma contextualização acerca das mudanças em relação à própria ideia de reforma agrária, que não se limita a questão da democratização fundiária, mas que envolve dimensões como direitos de povos e comunidades tradicionais, degradação do ambiente, entre outros.

Segundo Medeiros (2015) as décadas de 1980 e 1990 marcam o crescimento de ocupações e acampamentos como forma de pressionar para a

questão da posse da terra. A Constituição de 1988 deixou brechas significativas nessa questão, pois ao mesmo tempo em que se destacou a função social da terra (a ocupação da terra deveria contemplar de forma simultânea: a racionalidade no aproveitamento da terra, a preservação do meio ambiente associada com a adequada utilização dos recursos naturais disponíveis, bem como o cumprimento das normativas referentes às relações de trabalho que garantam o bem-estar de proprietários e trabalhadores) por outro lado estipulou que terras produtivas não seriam desapropriadas. O marco histórico para a viabilização de desapropriações foi a Lei agrária 8629 de 1993 que regulamentou a Constituição Federal. A partir desse momento crescem as mobilizações de busca pela terra o que culmina em um número significativo de famílias assentadas nos Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Contudo, mesmo com essa ampliação não é possível falar de fato em reforma agrária, ou ainda “mudanças significativas na estrutura fundiária”. Dessa forma a proposta de assentamentos esbarra em alguns entraves: pouca eficácia da proposta distributiva de terra; dispersão espacial que limitam as ações para potencializar o desenvolvimento; necessidade de grandes investimentos para recuperação das áreas desapropriadas que muitas vezes estavam degradados por anos de monocultura ou pecuária; limitada estrutura viária o que dificulta tanto a locomoção dos assentados quanto o escoamento da produção; precariedade dos serviços de educação e saúde (MEDEIROS, 2015, p.348)

Apesar de tais limites, pode-se ressaltar que essa proposta de assentamentos modifica tanto a vida daqueles que conseguem acessar a terra como também as localidades onde são instalados os assentamentos.

Num contexto de expropriação da terra, de trabalho assalariado precário, a possibilidade de buscar um lote de terra coloca-se como uma alternativa, não só de moradia e obtenção de renda, mas também de manutenção ou mesmo recomposição dos laços familiares e de sociabilidade. Apesar de não ser possível falar em processo efetivo de reforma agrária, é indubitável que as lutas por terra produziram um fenômeno social novo e um novo ator, o *assentado*, objeto de diferentes investimentos e

disputas políticas, pelo Estado e pelas organizações que se propunham a representá-los (em especial MST e sindicalismo rural) (MEDEIROS, 2015, p.350).

A partir da segunda metade dos anos 1990 têm-se uma diminuição no processo de acampamentos. Medeiros (2015) aponta como fatores para tal, entre outros a dificuldade na desapropriação de terras, melhora geral na economia o que ampliou oportunidades de emprego, a existência de programas como Bolsa Família e ainda o aumento da percepção relativa à precariedade do meio rural. Tais fatores não podem ser pontuados de forma isolada e nem da mesma forma para qualquer localidade (MEDEIROS, 2015, p.351).

Todavia, mesmo com tal diminuição numérica dos acampamentos, os assentamentos existentes estão inseridos no cenário das ruralidades no Brasil e, portanto, constituem-se elementos para análise acerca do desenvolvimento rural.

Tais análises acerca do desenvolvimento rural em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária passam pela ótica das políticas públicas, na medida em que o Estado figura como o principal agente (NAVARRO, 2001, p.88) para as ações de desenvolvimento nesses espaços. Como outros agentes é possível apontar os próprios assentados, as organizações instituídas por eles e ainda as empresas privadas que desenvolvem atividades econômicas nos assentamentos.

4. METODOLOGIA E FONTE DE DADOS

O lócus para a realização do presente estudo foi o Assentamento Fazenda Monte Alegre. A Fazenda Monte Alegre está localizada e subdividida entre os municípios de Araraquara e Motuca, no estado de São Paulo. Nessa região de Araraquara, são três projetos de assentamentos, sendo dois (Fazenda Monte Alegre e Horto Bueno de Andrada) de responsabilidade do Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP) e um (Bela Vista do Chibarro) de responsabilidade do INCRA. Os primeiros assentamentos (I, II, III, IV) da Fazenda Monte Alegre foram instalados na década de 1980, mais especificamente no ano de 1986. O assentamento VI, assim como o Assentamento Horto Bueno de Andrada foram instalados no período de 1995-1998 (FERRANTE, BARONE, 2011).

Faz-se necessário ressaltar que é possível haver divergências em relação à data de criação dos assentamentos. Se analisados na perspectiva da luta pela posse da terra, as datas são anteriores aquelas estabelecidas pelo INCRA, na medida em que as datas do INCRA dizem respeito aos processos de regularização dos assentamentos.

Em relação ao histórico do Assentamento Fazenda Monte Alegre, faz-se necessário destacar que o seu surgimento nos anos 1980 e 1990 vem na esteira de um processo que promove a expulsão dos pequenos agricultores do campo e a incorporação de suas terras. Nas periferias das grandes cidades esses agricultores vão ocupar os empregos que a indústria urbana propicia. Contudo, a incorporação de progresso técnico expulsa esses trabalhadores da cidade e têm-se então o retorno ao campo, mas numa situação de expropriação. (IANNI, 1984)

Nesse cenário, acerca do Assentamento Fazenda Monte Alegre, destaca-se também o apontado por Borges (2008), como “assentamentos da reforma agrária paulista”, uma iniciativa do governo do estado de São Paulo para reaproveitamento de imóveis públicos.

Em meio a essas transformações foram implantados na região os polêmicos assentamentos da reforma agrária paulista – fruto

da política fundiária do governo estadual, por meio de ações de seu Instituto de Terras (ITESP) norteada por um projeto elaborado na gestão de Franco Montoro e que teve sua continuidade garantida pelos governos que o sucederam. Essa chamada “reforma agrária paulista” originou-se na proposta de reaproveitamento dos imóveis públicos para assentar trabalhadores rurais. (BORGES, 2008, p.9)

A partir do exposto, é possível afirmar que a constituição do Assentamento Fazenda Monte Alegre é resultado do processo de expropriação do trabalhador, originado na modificação das relações sociais de produção que tem como marco a Revolução Verde e possui também desde seu surgimento a marca da intervenção estatal.

Ressalte-se ainda que conforme as análises de Ferrante; Barone (2011) os assentamentos na região de Araraquara, e entre eles a Fazenda Monte Alegre expressam também as contradições referentes a parceria com a agroindústria canavieira para plantio de cana de açúcar nesses territórios. Segundo os autores essa parceria, que modifica a realidade dos assentamentos não é isenta de conflitos.

Na região de Araraquara, as formas de cessão das terras dos assentamentos para plantio da cana vão desde uma controversa “parceria” – com anuência oficial do ITESP – até uma estratégia de organização associativa que se põe em confronto com as determinações do INCRA no tocante a esse tipo de atividade. Grupos pró e contra a introdução da cultura agroindustrial se conflitam, às vezes de forma agressiva. A orientação dos órgãos oficiais, que se tornará flagrantemente divergente ao longo dos anos em que esse processo se desenvolve, denota a falta de uma perspectiva comum em termos de política pública para a reforma agrária e torna mais complexa essa realidade. (FERRANTE; BARONE, 2011, p. 268)

A partir da reflexão proposta pelos autores é possível apontar que a cana de açúcar está presente nos assentamentos da região de Araraquara e que sua inserção nesse território traz conflitos diversos, mas ainda assim é uma realidade que não pode ser negada no que diz respeito a ocupação e produção em territórios de assentamentos.

Buscando caracterizar a Fazenda Monte Alegre, o Quadro 2 traz a partir de dados do INCRA (2016,online) as informações gerais acerca dos

assentamentos da fazenda Monte Alegre destacando a importância de caracterização desse locus para o debate proposto.

Assentamento	Município	Data de Criação (conforme INCRA)	Numero de Lotes	Famílias assentadas	Área Total (ha)
01	Motuca	Dezembro 1999	49	47	726,00
02	Motuca	Dezembro 1999	62	60	857,70
03	Araraquara	Dezembro 1999	81	78	1099,56
04	Motuca	Dezembro 1999	49	48	679,35
05	Motuca	Dezembro 1999	34	33	483,76
06	Araraquara	Dezembro 1999	96	93	1253,94
Números gerais do assentamento Fazenda Monte Alegre			371 lotes	359 famílias	5.100,31 (ha)

Quadro 2 - Relação de Assentamentos do Assentamento Fazenda Monte Alegre

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

O estudo foi realizado utilizando pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008). Essas modalidades de pesquisa são complementares e inseparáveis na pesquisa realizada, mas para fins didáticos, optou-se por apresentá-las separadamente neste trabalho.

4.1. Pesquisa Bibliográfica

Conforme explicita Gil (2008, p.50) a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve a partir de materiais que já foram analisados, sistematizados e publicados em forma de livros, trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) e artigos científicos.

Em relação à pesquisa bibliográfica nessa dissertação, utilizou-se a técnica de pesquisa no estado da arte, que, resumidamente consiste na

pesquisa em determinada base de dados de todos os trabalhos referentes à temática definida (FERREIRA, 2002).

Essa pesquisa permitiu as análises referentes ao desenvolvimento rural e as políticas públicas em áreas de assentamentos rurais, permitindo a revisão de literatura, bem como a discussão dos resultados da pesquisa documental.

Quanto ao percurso metodológico da pesquisa bibliográfica utilizando a técnica de pesquisa no estado da arte, inicialmente selecionou-se quais os tipos de trabalhos que seriam pesquisados. Optou-se por uma categoria de trabalhos, os artigos científicos, por entender que eles trazem um retrato da produção científica no país.

Para a pesquisa acerca dos artigos científicos, optou-se por utilizar a base de dados Scielo, dada a maior acessibilidade, visto ser o maior portal em língua portuguesa nessa categoria.

A partir dos resultados encontrados foram realizados os downloads dos materiais, que foram analisados e utilizados para compor as análises aqui apresentadas.

4.2. Pesquisa Documental

A pesquisa documental configura-se, conforme Gil (2008, p.51), na mesma tipologia da pesquisa bibliográfica, estabelecendo-se como elemento diverso entre ambas, a chamada natureza das fontes. Na pesquisa documental, os materiais ainda não foram publicados e sistematizados, o que permite releituras conforme os objetivos da pesquisa.

4.3. Percurso Metodológico

A pesquisa documental se deu inicialmente através de contato com o Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP) e do preenchimento de formulário (ANEXO I) solicitando dados referentes às dimensões do

desenvolvimento rural elencadas para a análise desse trabalho, quais sejam, populacional, econômica, social e ambiental.

A partir dessa solicitação e acordo, o ITESP encaminhou o Relatório de Dados Sociais e Econômicos da Fazenda Monte Alegre no período de 2013/2014. Para ampliar o escopo de análise, foi realizada outra solicitação de dados através de contato telefônico e e-mail. O ITESP encaminhou novas sistematizações referentes à produção agropecuária nos assentamentos nos anos de 2011 e 2012. Portanto, os dados analisados no estudo são referentes ao período de 2011 a 2014.

Cumprido esclarecer que o ITESP realiza sistematizações bianuais da realidade dos assentamentos rurais por ele administrados, através da “Caderneta de Campo”. Esse instrumento (um questionário) possibilita o acompanhamento de informações acerca dos assentados e dos assentamentos.

Considerando o referencial teórico adotado para conceituar desenvolvimento rural, ou seja, a análise a partir das dimensões populacional, econômica, social e ambiental (KAGEYAMA, 2004; STEGE; PARRÉ, 2013), buscou-se nos dados disponibilizados pelo ITESP as variáveis que caracterizam essas dimensões. Assim, na dimensão populacional buscou-se as variáveis natalidade, mortalidade e migração; na econômica as variáveis renda, diversificação da produção e produtividade. Na dimensão social as variáveis buscadas foram educação, saúde, previdência e assistência social, e por fim, na dimensão ambiental as variáveis, utilização dos recursos naturais, e utilização de agrotóxicos.

Contudo, nos dados disponibilizados pelo ITESP não foram encontradas todas as variáveis supramencionadas, e dessa forma, para a realização do estudo optou-se por trabalhar os elementos que estavam contemplados nos dados.

Para estabelecer o elemento comparativo e assim ser possível apresentar reflexões sobre desenvolvimento rural foram utilizados ainda dados gerais referentes aos assentamentos administrados pelo ITESP no estado de São Paulo no período de 1997 e 1998, disponibilizados na publicação

institucional intitulada Retratos da Terra. Mesmo essas informações não sendo específicas para o assentamento Monte Alegre, elas possibilitaram parâmetros para a análise acerca do desenvolvimento rural, na medida em que estabelecem um recorte temporal de 16 anos.

Feita essa contextualização, aponta-se que as dimensões foram trabalhadas no estudo da seguinte forma:

1) Dimensão populacional: foram verificados dados de faixa etária, sexo e cor/raça no período de 2013/2014.

2) Dimensão econômica: foi analisada a partir dos dados do período de 2011 a 2014 referentes a renda, diversificação da produção e produtividade. Dado a existência de um maior número de dados referentes à variável de produção dentro da dimensão econômica, buscou-se desenvolver a análise dos dados relativos à produção agropecuária a partir do detalhamento da produção apenas do último período (2013/2014). Esse detalhamento se dá a partir de apresentação de quadros, e para qualificar a análise dos números apresentados utilizaram-se então os dados relativos a 2011/2012 e também 1998.

3) Dimensão social: foi analisada a partir da escolaridade, acesso à previdência social, acesso à serviços de saúde e acesso aos programas de transferência de renda no período de 2013/2014.

4) Dimensão ambiental: foi utilizado apenas o dado referente ao tipo de produção no período de 2013/2014, qual seja, produção de base convencional ou de base agroecológica, dado a disponibilidade de informações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tomando como referência a proposta, de entender o desenvolvimento rural a partir das dimensões populacional, econômica, social e ambiental (KAGEYAMA, 2004; STEGE; PARRÉ, 2013), e verificando as políticas públicas para esse desenvolvimento no assentamento Fazenda Monte Alegre, é possível apontar os resultados obtidos nessa pesquisa.

5.1. Dimensão populacional

A dimensão populacional dentro das análises referentes ao desenvolvimento rural busca mostrar as características da população que habita o território pesquisado. Em relação à Fazenda Monte Alegre os dados disponibilizados pelo ITESP não trouxeram as questões referentes a natalidade, mortalidade e migração, conforme descrito na Metodologia, mas apontaram algumas características referentes a população que reside no assentamento.

Inicialmente, de acordo com os números apresentados pelo ITESP, referentes a 2013/2014, têm-se um total de 1.914 pessoas habitando a Fazenda Monte Alegre. A Figura 1 mostra a faixa etária dessa população:

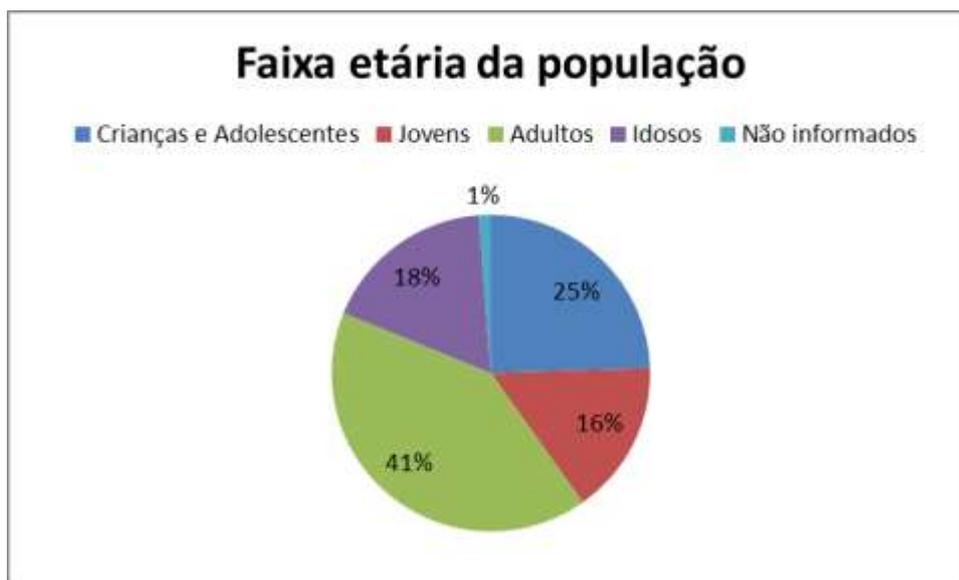


Figura1 – Faixa etária da população do assentamento Monte Alegre em % no período 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Em relação às faixas etárias, crianças e adolescentes são aquelas pessoas com idades entre 0 e 19 anos; jovens aquelas com idades entre 20 e 29 anos; adultos, aquelas com idades entre 30 e 59 anos e idosos, aquelas com 60 anos ou mais.

Nota-se que o número de crianças e adolescentes é maior que o número de idosos e que, se somados o número de crianças, adolescentes e jovens é equivalente ao número de adultos o que evidencia a necessidade de investimento em políticas públicas voltadas para infância e juventude em áreas de assentamento.

Estabelecendo a relação com a média geral de idade dos assentamentos rurais do estado de São Paulo em 1997/1998, percebe-se que nesses 16 anos de recorte temporal (1998-2014), por meio de informações do ITESP, existe diferenças na média de idade do Assentamento Fazenda Monte Alegre em 2014 e a média geral em 1998. Em 2014, a população com idade entre 0 e 19 anos no assentamento Monte Alegre corresponde a 25% do total, enquanto essa população em 1998 no estado representava quase 43%. (ITESP, 1998, p.20). No que diz respeito a população idosa e se considerarmos

apenas a faixa etária a partir de 65 anos, em 2014 essa população na Fazenda Monte Alegre representa aproximadamente 12%, enquanto em 1998 nos assentamentos do estado de São Paulo, a média da população era de aproximadamente 4%. (ITESP, 1998, p.20). Tais dados apontam uma mudança no perfil populacional nos assentamentos.

Continuando a análise em relação à dimensão populacional, outro aspecto importante diz respeito à questão de sexo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre. De acordo com os dados do ITESP, a proporção de homens é ligeiramente maior que a de mulheres neste território, conforme a Figura 2 .

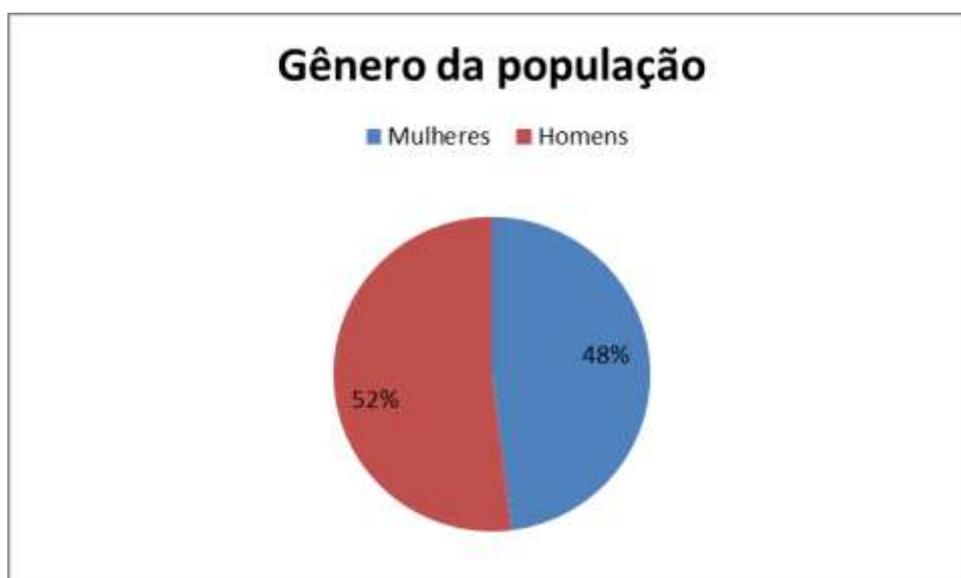


Figura 2 – Sexo da população do assentamento da Fazenda Monte Alegre em % no período 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Ao estabelecer a relação com os dados gerais dos assentamentos em São Paulo em 1998 percebe-se que ao comparar a Fazenda Monte Alegre com a média dos assentamentos no estado de São Paulo permaneceu a proporção maior de homens, mas essa diferença está diminuindo. Em 1998 a proporção era de 54,26% homens e 45,74% de mulheres nos assentamentos do estado. (ITESP, 1998, p.19)

Em 2014, no Assentamento Fazenda Monte Alegre essa proporção é de 52% de homens e 47% de mulheres, ou seja percebe-se um aumento de mulheres e uma diminuição do número de homens.

Em relação às questões de gênero em assentamentos, pode-se apontar que existem algumas políticas específicas, como por exemplo, a linha de crédito específica para mulheres do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF Mulher que financia propostas exclusivamente para a mulher agricultora, conforme descrito no endereço eletrônico da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. (MDA, 2017, online).

Além da questão de fomento econômico para a produção agrícola para as mulheres, é possível destacar também ações como a publicação do ITESP em 2016 intitulada “Prevenção e combate à violência contra a mulher do campo” e nela se destacam além das questões relativas à prevenção e combate a violência, propriamente dita, aborda-se também aspectos gerais referentes aos direitos das mulheres e as ações para combate à desigualdade. Essa publicação possibilita às mulheres assentadas o acesso às informações acerca de direitos e das formas de assegurar tais direitos.

Em relação ao debate sobre a questão de gênero em assentamentos de forma geral, a pesquisa bibliográfica mostra que os estudos nessa área abordam de forma geral as políticas para mulheres com destaque para aquelas relativas à saúde.

Ainda no que diz respeito à dimensão populacional, importante ressaltar os aspectos relacionados à cor/raça. Os dados mostram uma ausência de informações referentes a essa dimensão. Todavia, mesmo que os dados sejam insuficientes para um mapeamento acerca da questão racial no assentamento Fazenda Alegre torna-se importante destacar os números existentes.

A Figura 3 mostra a porcentagem informada sobre cor e raça da população do assentamento da Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014.



Figura 3- Cor/Raça Informada da população do assentamento da Fazenda Monte Alegre em % no período 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Tem-se que em relação a maioria das pessoas assentadas na Fazenda Monte Alegre não existe informação acerca de sua cor/raça. Contudo, considerando a percentagem (23%) da qual se tem informações, é possível verificar, dentro desta amostra, conforme a Figura 4, que existe quase uma equivalência entre a população auto-declarada branca (50%) e a população auto-declarada parda (42%). O quadro mostra ainda que a população autodeclarada preta representa 7%, enquanto a auto declarada amarela, representa apenas 1% . Buscando o comparativo com os dados de 1998 do ITESP, na publicação que está sendo analisada (Retrato da Terra 1997/1998) não existe referência a essa questão.



Figura 4- Cor/Raça Informada da população do assentamento da Fazenda Monte Alegre em % no período 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Os dados apresentados em relação a dimensão populacional no Assentamento Fazenda Monte Alegre mostram uma população jovem, com distribuição equânime por gênero e com escassez de informações sobre cor/raça.

5.2. Dimensão econômica

O desenvolvimento econômico é um debate sempre atual, pois está diretamente relacionado ao conceito que vigorou por muito tempo no país, de que desenvolvimento seria exclusivamente progresso econômico, como análise feita por Freitas, Freitas, Dias (2012). Assim, o desenvolvimento econômico era visto como sendo o desenvolvimento por si só. Contudo, a ampliação da compreensão acerca de desenvolvimento possibilita delimitar a dimensão do que seria desenvolvimento econômico.

Bacha (2004, p.27) faz uma distinção importante entre crescimento e desenvolvimento econômico.

Crescimento econômico é o processo de aumento do Produto (seja o nacional ou o interno) de uma economia. À medida em

que ocorre o aumento do produto há o aumento da riqueza da nação. Desenvolvimento econômico é o processo de mudança estrutural da economia que leva à melhora do bem-estar de sua população.

O autor apresenta indagações sobre como medir o desenvolvimento econômico, apontando que podem ser utilizados indicadores como renda per capita, renda por trabalhador, além de indicadores relacionados por exemplo a qualidade de vida.

As variáveis adotadas para a dimensão do desenvolvimento econômico nesse estudo, conforme apontadas no referencial teórico desta pesquisa, item 3.1. são renda, diversificação da produção e produtividade.

No que diz respeito à renda, os dados trazem a renda obtida com a produção agropecuária no lote. De acordo com esses dados disponibilizados pelo ITESP sobre a Fazenda Monte Alegre, em 2011/2012, a renda média foi de 3,18 salários mínimos. Em 2013/2014 foi de 3,29 salários mínimos, destacando-se que as médias da Fazenda Monte Alegre são ligeiramente maiores que a média dos assentamentos rurais no estado de São Paulo que contabilizaram 2,58 salários mínimos em 2011/2012 e 3,08 salários mínimos no período de 2013/2014.

O levantamento do ITESP de 1998 não apresentou o elemento referente a renda média, não sendo possível o comparativo do recorte temporal 1998-2014. Porém, considerando os quatro anos em que se têm dados sobre esse item, percebe-se uma estabilidade em relação a renda obtida através da produção agropecuária.

Ressalte-se que em relação ao conceito de agropecuária, ele engloba, conforme aponta Bacha (2004, p.14)

(...) o grupo de atividades que usam a terra como fator de produção, seja para o plantio de culturas, para a criação de animais, o plantio de florestas, a aquicultura por exemplo. Agricultura passa a ser um subsetor da Agropecuária, e a Pecuária é outro subsetor da agropecuária.

O Valor Bruto da Produção agropecuária - VBP¹, no assentamento Fazenda Monte Alegre, também sofreu variações no período de 2011/2012 e 2013/2014, havendo uma diminuição desse valor. Excluindo-se o custo de produção e englobando a comercialização e o autoconsumo, em 2011/2012 esse valor foi de mais de 18 milhões de reais e em 2013/2014 foi de aproximadamente 11,5 milhões de reais.

Essa retração deve ser considerada a partir do cenário de crise econômica que marca os anos finais do primeiro mandato do Governo Dilma e o início de um cenário de instabilidade política. Ressalte-se ainda o início da diminuição da parceria entre usinas e assentados para o plantio da cana-de-açúcar e que está diretamente relacionado ao cenário nacional de instabilidade econômica (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

No período 2011/2012, a produção agrícola respondeu por aproximadamente 84% do Valor Bruto da Produção e os principais produtos foram cana-de-açúcar, milho, soja e mandioca de mesa. De acordo com o levantamento feito pelo ITESP, a produção agrícola do assentamento pesquisado respondeu, no período 2013-2014, por 61% do Valor Bruto da Produção, destacando-se entre as culturas anuais o milho, a mandioca e a soja, entre as culturas olerícolas, o pimentão, tomate e alface crespa e entre as culturas perenes a cana, o abacaxi e a manga.

Os Quadros 3 e 4 mostram as produções do período de 2013/2014 conforme destacado na metodologia. Apresentam-se as cinco maiores culturas (em número de produtores) em cada tipo.

De acordo com o Quadro 3, o número de produtores e a produção total das cinco principais culturas anuais totalizaram 313 produtores, (destacando que há produtores que podem produzir mais de um produto) e 1.869.415,50 Kg, respectivamente.

¹ Valor Bruto da Produção é o denominado “valor monetário de todos os bens e serviços em um período específico de tempo”. (BACHA, 2004, p.15)

Cultura	Número de Produtores	Produção Total (kg)	Produtividade (kg por hectare)	Renda total obtida (Venda mais auto-consumo) valores correntes em reais
Milho	154	1.138.051,50	1.944,06	450.002,74
Mandioca de mesa	101	467.459,00	9.205,94	373.314,20
Soja	25	207.320,00	1.048,34	164.547,95
Brocólis	17	52.605,00	21.992,06	125.019,50
Feijão das águas	16	3.980,00	264,80	8.837,00
TOTAL	313	1.869.415,50	34.454,40	1.121.721,36

Quadro 3 – Culturas Anuais no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

O Quadro 4, apresenta os números referentes a produção da olericultura, sendo que no período estudado foram 275 produtores, uma produção total de 1.273.160,00 kg e uma renda de total de R\$ 1.662.167,90.

Cultura	Número de Produtores	Produção Total (kg)	Produtividade (kg por hectare)	Renda total obtida (Venda mais auto-consumo) R\$
Olerícolas diversas	88	344.080,00	16.428,96	478.200,40

Alface crespa	53	360.698,00	43.562,56	483.697,30
Abobrinha brasileira	49	155.414,00	10.685,05	151.832,00
Tomate	43	337.878,00	38.637,59	536.514,60
Almeirão	42	75.090,00	24.345,88	11.923,60
Total	275	1.273.160,00	133.660,04	1.662.167,90

Quadro 4 – Olericultura no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

O Quadro 5, apresenta os números referentes as culturas perenes, sendo que no período 2013/2014 foram 266 produtores, uma produção total de 16.210.340,00 kg perfazendo uma renda total de R\$ 796.922,80.

Cultura	Número de Produtores	Produção Total (kg)	Produtividade (kg por hectare)	Renda total obtida (Venda mais auto-consumo) R\$
Frutas diversas	108	146.780,00	6.626,64	184.098,60
Cana industria	62	15.736.540,00	42.791,41	381.417,95
Manga	36	223.480,00	7.676,30	113.903,05
Banana nanica	30	74.280,00	11.913,39	96.533,60
Abacate	30	29.260,00	5.306,49	20.915,60
Total	266	16.210.340,00	74.314,23	796.922,80

Quadro 5 – Culturas Perenes no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Cumprir destacar que essas culturas elencadas foram as maiores em número de produtores e não em número de produção, ou ainda de renda total. Conforme informações do Quadro 6, as cinco principais culturas com maior rendimento, no período de 2013/2014 de acordo com o ITESP foram o pimentão, tomate, alface crespa, olericulturas diversas e milho. Juntas, a renda total somou R\$ 2.636.752,24 no período 2013/2014. Se comparados ao período de 2011/2012, as quatro maiores culturas produziram a renda total de 3.662.309,90. Ou seja, a renda obtida com os principais produtos sofreu queda no período 2013/2014.

Ranking	Produto	Renda (R\$)	Tipo de Cultura
1º	Pimentão	688.337,20	Olericultura
2º	Tomate	536.514, 60	Olericultura
3º	Alface Crespa	483.697,30	Olericultura
4º	Olericulturas diversas	478.200, 40	Olericultura
5º	Milho	450.002,74	Anual
Total		2.636.752,24	

Quadro 6 - Principais culturas com maior rendimento no assentamento Fazenda Monte Alegre no período de 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Ou seja, a olericultura, ou ainda numa definição simplificada, a horta, é a responsável pelo maior número de vendas da produção agrícola dentro do assentamento Monte Alegre.

Esse dado é proporcionalmente inverso a realidade dos assentamentos paulistas no período de 1998. Segundo os dados do ITESP no período (ITESP, 1998, p.54) a olericultura estava em crescimento mas era a terceira no ranking do valor da produção nos assentamentos. O primeiro lugar era das culturas

anuais (55,17%), o segundo da pecuária leiteira (30,34%) e a olericultura respondia por apenas 8,40% do total do valor da produção.

Aqui faz-se necessário ressaltar uma análise que vêm sendo travada por autores como Ferrante e Barone (2011) e que diz respeito a inserção da cana-de-açúcar em assentamentos rurais de reforma agrária. Os autores analisam o arrendamento de terras para plantação de cana para usinas, em uma parceria que, segundo a análise dos mesmos, não contempla o interesse dos assentados mas configura-se em um “arrendamento mercantil”, caracterizado por uma desigualdade de condições entre os ditos parceiros, ou seja, assentados e usinas (2011, p.279) .

A partir dos dados do ITESP, no período 2013/2014, evidencia-se que ainda que a cana de açúcar tenha uma presença significativa, sendo o sexto produto no ranking da produção da Fazenda Monte Alegre, os cinco maiores produtos em termos de produção e renda são de outras culturas.

Contudo, se analisados os dados do período 2011/2012 evidencia-se que o maior produto em geração de renda era a cana de açúcar responsável por um renda anual de 2.337.980,53 nesse período.

Pode-se apontar como razões para a produção expressiva na olericultura as políticas públicas voltadas para a comercialização dos produtos, fechando assim o ciclo produtivo. Entre as iniciativas existentes, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas especialmente no município de Araraquara, destaca-se a Feira Noturna, as Feiras da Roça e ainda a Feira no Terminal de Integração, todas vinculadas ao Programa Direto do Campo (KURANAGA et al, 2008) e que possibilitam mercado para a produção dos assentamentos.

No que diz respeito ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), trata-se de programa federal, criado através da Lei 10.696 de 02 de Julho de 2003, tendo como objetivos o incentivo a agricultura familiar, a distribuição de alimentos e a formação de estoques (ANDRADE, OLIVEIRA e ESQUERDO, 2014). De acordo com a análise de Andrade, Oliveira e Esquerdo (2014, p.227), o programa consegue integrar políticas públicas relacionadas à

agricultura familiar e políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Através dos dados disponibilizados pelo INCRA (2016) é possível apontar que, ainda que nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre, o PAA tenha uma percentagem relativamente baixa de famílias inseridas neste programa conforme aponta o Quadro 7, trata-se de uma política pública significativa no contexto de escoamento da produção e geração de renda. É importante destacar ainda que em pesquisa realizada no site da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, no sistema PAA DATA, não foram encontrados dados que permitissem a análise da Fazenda Monte Alegre, na medida em que, nesse sistema, os dados referentes a produção não possibilitam a identificação detalhada dos assentamentos, pois referem-se aos municípios e não aos assentamentos em específico.

Assim, têm-se informações em dimensões diversas, uma do INCRA que traz apenas o número de famílias inscritas no PAA e apresentado no Quadro 7, e as informações do Sistema PAA que traz os dados da produção no PAA em âmbito municipal, não estabelecendo a distinção entre os territórios (assentamentos, pequenas propriedades) e nem entre os assentamentos e que portanto não foram analisadas nesse estudo.

Assentamento	Município	Número de Famílias	Número de famílias no PAA	Percentagem de famílias no PAA (aproximadamente)
01	Motuca	47	3	6%
02	Motuca	61	5	8%
03	Araraquara	78	8	10%
04	Motuca	49	2	4%
05	Motuca	34	1	3%
06	Araraquara	93	11	12%

Quadro 7 - Relação das Famílias do Assentamento Monte Alegre cadastradas no Programa de Aquisição de Alimentos em 2016
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Utilizando-se média simples é possível afirmar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre não atinge 7% do total de famílias assentadas. Ainda assim, trata-se uma ação efetiva que possibilita a destinação final do que é produzido nos lotes.

Gomes et al (2013) ao analisar as políticas públicas de segurança alimentar no município de Araraquara apontam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Direto do Campo como propostas que “apresentam resultados significativos de inclusão social e desenvolvimento regional” na medida em que possibilitam estratégias reais para o escoamento da produção agrícola (GOMES et al, 2013, p.181).

Considerando o Programa “Direto do Campo”, é importante ressaltar que desde 1995 em Araraquara havia uma iniciativa de cessão de espaço para a comercialização de produtos de pequenos agricultores e assentados cedida pela Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara (COMAPA), todavia não se tinha o compromisso com a produção familiar ou ainda o desenvolvimento dos assentamentos rurais por parte do Estado (KURANAGA et al, 2008). É a partir de 2001, que uma Coordenadoria criada na Prefeitura Municipal, chamada de Coordenadoria de Atividades Agroindustriais começa a trazer os produtores para comercializarem seus produtos no Terminal de Integração, devido a grande movimentação de pessoas no local.

Kuranaga et al (2008) traz um histórico acerca do Programa Direto do Campo, no município de Araraquara que cumpre destacar aqui:

Em outubro de 2001, os produtores assentados, tiveram uma “super” safra de manga e precisavam vender o produto. A Coordenadoria de Atividades Agroindustriais e a área de Gestão de Segurança Alimentar providenciaram espaços públicos para escoar esta produção (Praça Santa Cruz, Paço Municipal e Terminal de Integração), colaborando com bancas e transporte. Este fato marca o início do *Programa Direto do Campo*. Dentre os produtores que vendiam suas safras de manga havia os que estavam lá só para vender a produção sazonal e os que - além da manga - tinham produções diversificadas; havia, também, entre eles alguns que já participavam da feira no espaço da COMAPA. Assim, à medida em que a safra de manga terminava, esses produtores passaram a vender, além da manga, outros produtos cultivados em sua propriedade. Durante o final de 2001 e primeiro semestre de 2002, provisoriamente, o espaço público ocupado

pelos produtores passou a ser, durante a semana, o Terminal de Integração e a Praça de Santa Cruz e, aos sábados, o espaço da COMAPA. Em agosto de 2002, é inaugurada na Praça Pedro de Toledo, aos sábados, a Feira do Produtor, fazendo parte do *Programa Direto do Campo*. Tratava-se de um novo espaço público onde foram alocados os produtores que participavam da Feira da COMAPA, os que participavam das bancas do Terminal de Integração e os da Praça Santa Cruz. No mês de setembro de 2002, o programa assumiu o formato de lei, sendo aprovada pela Câmara Municipal a Lei 5.098 que regulamenta o *Programa Direto do Campo*. (KURANAGA et al, 2008)

Nota-se, portanto, que a iniciativa da Prefeitura de Araraquara, através do Programa Direto do Campo, responde de forma especial a demanda relativa ao final da etapa produtiva, assegurando formas de escoamento da produção o que significa uma possibilidade de maiores rendimentos, verificados nos dados apontados que mostram ser a olericultura a maior responsável pelos rendimentos da produção agrícola em áreas de assentamentos. Evidencia-se, dessa forma, a importância de políticas públicas adequadas para o desenvolvimento econômico no assentamento Monte Alegre.

Ainda em relação à produção agropecuária no Assentamento Fazenda Monte Alegre, destaca-se também a produção animal (pecuária) e que foi responsável por 22% da produção. Nota-se um decréscimo dessa produção se comparado com a percentagem dos assentamentos paulistas em 1998, que era de 30,34% se considerada apenas a pecuária leiteira (ITESP, 1998, p.54)

O Quadro 8 detalha essa produção evidenciando a renda para autoconsumo, a renda proveniente de vendas e a renda total nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre. A Avicultura se desponta como a produção animal de maior renda total dentro dos assentamentos totalizando 1.359.798,00 reais no período de 2013/2014. Do total da renda oriunda da produção animal nos assentamentos, a avicultura representou 70,3%, a bovinocultura 4,3%, a caprino/ovinocultura 4,5%, a suinocultura, 18 % e as demais culturas 2,9%. No que diz respeito ao período de 2011/2012, não houve mudanças em relação a essas proporções.

Dessa forma, tem-se que no assentamento Fazenda Monte Alegre as maiores rendas em relação a produção agropecuária, estão concentradas na avicultura e suinocultura, que juntas respondem por 88% do total da renda.

Tipo de Produção (Criação)	Renda Auto Consumo em Reais	Renda Venda em Reais	Renda Total em Reais
Avicultura	119.361,00	1.240.437,00	1.359.798,00
Bovinocultura	19.850,00	63.689,98	83.539,68
Caprino/ovinocultura	5.070,00	81.987,00	87.057,00
Suinocultura	52.480,00	279.710,00	350.190,00
Outras	1.785,00	52.480,00	54.265,00
Total	198.546,00	1.718.303,98	1.934.849,00

Quadro 8 – Tipos de renda, em reais, com a produção animal no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período de 2013/2014.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Em relação à avicultura, Gaspari e Khatounian (2016) em um estudo acerca das estratégias para a produção e comercialização adotadas por famílias residentes em assentamentos na região de Araraquara, aponta que é a agroindústria que financia a criação de frangos, tendo-se produção em larga escala para atender o mercado industrial.

É importante destacar que no Assentamento Fazenda Monte Alegre a produção leiteira é responsável por 3% do total da produção agropecuária. De acordo com os dados do ITESP, são 79 produtores de leite, que possuem 557 vacas e que tiveram a renda média na safra 2013/2014 de R\$ 268.225, 70 (Duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta centavos.)

Os dados apresentados mostram que em relação à dimensão econômica, o assentamento Fazenda Monte Alegre tem uma produção centrada na agropecuária, com destaque para a olericultura e a avicultura.

Especialmente em relação à olericultura, considerando os dados do ITESP no período de 2013/2014 que apontam ser essa cultura a que mais possibilita renda em relação à produção agropecuária, e analisando a partir da leitura de autores como Gomes (2013) e Kuranaga (2008) destaca-se a importância da presença do Estado através de políticas públicas que auxiliam no escoamento da produção, garantindo a finalização do ciclo produtivo.

5.3. Dimensão Social

A dimensão social na análise acerca do desenvolvimento rural volta-se para o entendimento de aspectos relacionados à qualidade de vida e que são expressos a partir das variáveis que se relacionam com educação, saúde, previdência, social e assistência social.

No que diz respeito à educação, a Figura 5 apresenta a percentagem das pessoas com 15 anos ou mais classificadas em alfabetizadas, analfabetos e sem informação de escolaridade no assentamento Fazenda Monte Alegre. Do total de 1.591 com 15 anos ou mais, há 1.467 pessoas alfabetizadas (92,21%); 110 pessoas não alfabetizadas (6,91%) e não há informação de escolaridade para 14 pessoas (0,88%).



Figura 5 – Escolaridade das pessoas com 15 anos ou mais, em %, no assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A taxa de população não alfabetizada no Assentamento Fazenda Monte Alegre corresponde a realidade do estado de São Paulo de forma geral, não havendo no que diz respeito a escolarização nenhuma especificidade no assentamento em questão (PIERRO; ANDRADE, 2009).

Estabelecendo a relação com a média geral dos assentamentos do estado de São Paulo em 1998, é possível apontar que no que diz respeito ao índice de não alfabetizados, a taxa na Fazenda Monte Alegre em 2014, 6%, é menor do que a do estado em 1998, 9,05% (ITESP, 1998, p.24)

Ao se cruzar os dados referentes a escolaridade, com os dados relativos a faixa etária, é possível verificar que o maior número de não alfabetizados estão na faixa etária de 50 anos ou mais, ou seja, os jovens e adultos de 15 até 50 anos estão em sua maioria, alfabetizados. O Quadro 9 apresenta a percentagem das pessoas não alfabetizadas por faixa etária.

Faixa Etária	Não alfabetizados(%)
15 a 29 anos	1%
30 a 49 anos	1%
50 anos ou mais	17%

Quadro 9 – Pessoas não Alfabetizadas, em %, por faixa etária no Assentamento Monte Alegre no período 2013/2014.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Esses dados também traduzem a realidade brasileira da região Sudeste de forma geral, na medida em que as maiores taxas de analfabetismo estão entre a população com mais de 50 anos (PIERRO E ANDRADE, 2009).

Outro fator importante em relação as taxas de analfabetismo no Assentamento Fazenda Monte Alegre diz respeito ao fato de que o número de não alfabetizados é ligeiramente maior entre as mulheres, sendo 8% para elas e 6% para os homens. Além disso, a taxa de analfabetismo é maior entre a população negra (preta e parda), conforme Quadro 10.

Cor/Raça	Pessoas não alfabetizadas
Branca	5%
Parda	3%
Preta	8%

Quadro 10 – Pessoas não Alfabetizadas por cor/raça com 15 anos ou mais no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Considerando a taxa de analfabetismo entre a população negra, composta de pretos e pardos, conforme critério adotado pelo IBGE, tem-se que ela é duas vezes maior que a população branca, o que também está em consonância com o panorama estadual. (PIERRO E ANDRADE, 2009).

Para além dos dados relativos à alfabetização é importante pontuar também a questão dos anos de escolaridade, especialmente entre as crianças

e adolescentes, cuja escolarização é obrigatória, a faixa dos 04 aos 17 anos de idade conforme a Lei de Diretrizes e Bases da educação (Brasil, 1996).

A Figura 6 apresenta a porcentagem de crianças e adolescentes em idade escolar (04 a 17 anos) que estão cursando a escola, a porcentagem daquelas que não estão cursando a escola e ainda a porcentagem de crianças e adolescentes sobre os quais não há informação sobre a escolarização. No assentamento Fazenda Monte Alegre, são 334 crianças e adolescentes nessa faixa etária de idade escolar (04 a 17 anos), e desses 87%, estão cursando a escola, 10% não estão cursando e sobre 3% não se tem informação referente à escolarização.

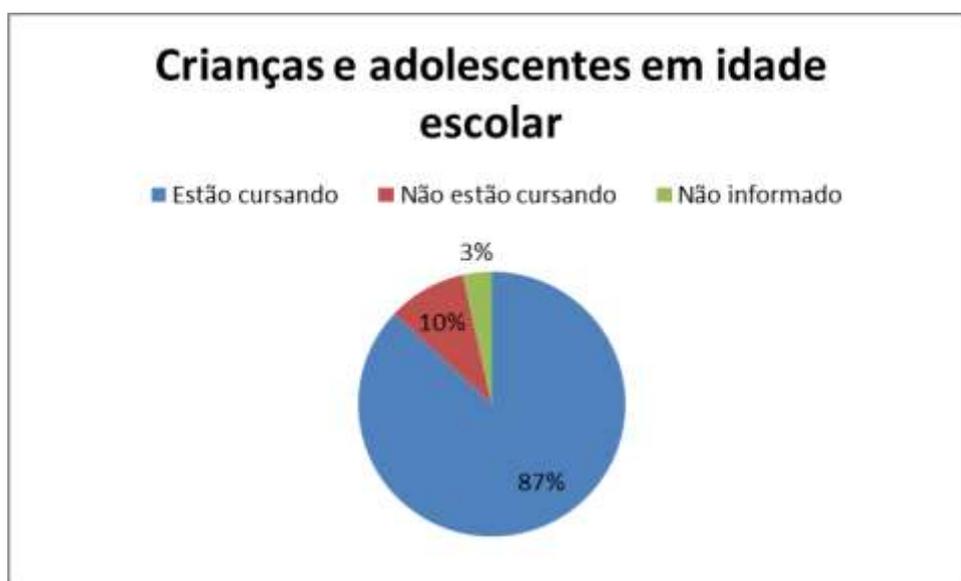


Figura 6 – Crianças e adolescentes em idade escolar no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Dessa forma, têm-se uma parcela de 10% de crianças e adolescentes em idade escolar fora da escola no Assentamento Fazenda Monte Alegre, daí a necessidade de se pensar estratégias para garantir a inserção dessas crianças e adolescentes nesses espaços.

De acordo com as informações de Pierro e Andrade (2008), a partir da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA) realizada em

2004, uma das problemáticas em relação a educação no campo no estado de São Paulo diz respeito ao processo de urbanização das escolas, o que acentua um descompasso entre a realidade do aluno (rural) e o currículo escolar (urbano).

A PNERA identificou e pesquisou as características de 85 instalações escolares situadas na zona rural paulista localizadas dentro ou nas imediações dos assentamentos federais ou estaduais criados a partir de 1985. Essas 85 escolas estavam situadas em 31 municípios e atendiam a 50 assentamentos, o que correspondia a 30% do total existente no estado. O fato de que a PNERA não tenha encontrado unidades de ensino na maior parte dos assentamentos é evidência adicional de que a maioria da população estudantil dos assentamentos paulistas frequenta escolas na zona urbana (PIERRO e ANDRADE, 2008, p.250).

A partir da análise das autoras acima citadas é possível concluir a necessidade de uma política pública de educação no campo, que trabalhe a partir da realidade do aluno e que considere as suas especificidades, entre elas aquelas relacionadas a fatores territoriais.

Outro aspecto fundamental em relação a dimensão social do desenvolvimento rural está relacionado a questão da seguridade social. A Constituição de 1988 coloca a seguridade social como política pública, ou melhor, um conjunto de políticas públicas formado por assistência, saúde e previdência social. Na análise referente ao Assentamento Fazenda Monte Alegre estão presentes essas três políticas conforme os dados disponibilizados pelo ITESP.

No que diz respeito à previdência social, o Quadro 11 detalha o número de pessoas por tipo de benefício recebido no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período de 2013/2014. Conforme o Quadro 11, 369 pessoas recebem algum tipo de benefício previdenciário no Assentamento Fazenda Monte Alegre. Desses, 74,5% recebem aposentadoria por idade, 10% aposentadoria por invalidez, 13% recebem pensão por morte e 2,5% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC)².

² O Benefício de Prestação Continuada, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) é o benefício de um salário mínimo pago a idosos acima de 65 anos ou

Tipo de Benefício	Número de pessoas	Percentagem dos tipos de Benefícios
Aposentadoria por idade	275	74,5%
Aposentadoria por invalidez	37	10 %
Pensão por morte	48	13%
Benefício de prestação continuada	9	2,5%

Quadro 11– Benefícios Previdenciários no Assentamento Fazenda Monte Alegre no período de 2013/2014

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Analisando os dados referentes à aposentadoria por idade, que é aquela concedida para o trabalhador com 65 anos, se do sexo masculino, e 60 anos se do sexo feminino (Brasil, 1988), pode-se apontar que do universo de trabalhadores com idade geral³ para aposentar no Assentamento Fazenda Monte Alegre, 82% estão aposentados. Trata-se de uma cobertura previdenciária significativa e que mostra a presença do Estado assegurando política pública na dimensão social.

No que diz respeito à política de assistência social, trata-se de política que provê os mínimos sociais, conforme estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993). Um dos aspectos mais significativos (em termos de abrangência) da assistência social no Brasil são os programas de transferência de renda voltados para famílias com renda per capita de até ¼ do salário mínimo.

peças com deficiência que não possuem condições de garantir a própria subsistência e nem a família consegue essa garantia.

³ A Constituição Federal de 1988 assegura aposentadoria especial por idade para o trabalhador rural, reduzindo em 05 anos a idade, ou seja, 60 anos para os homens e 55 para as mulheres. Contudo, os dados referentes a faixa etária disponibilizados pelo ITESP abrangem de uma faixa etária muito ampla (30 a 59), o que inviabilizaria a análise referente a cobertura da política pública de previdência social. Assim, adotou-se como critério para a análise a idade geral para a aposentadoria e não a idade especial de trabalhador rural.

De acordo com dados do ITESP, pode-se afirmar que é uma parcela muito pequena da população do Assentamento Fazenda Monte Alegre que participa desses programas, sendo ao todo 21 pessoas (16 participam do Bolsa Família do Governo Federal e 5 participam do Programa Renda Cidadã, do Governo Estadual), o que corresponde a menos de 2% do total de assentados.

Em relação à saúde, os dados do ITESP apontam números significativos em relação ao adoecimento no Assentamento Fazenda Monte Alegre, especialmente no que diz respeito a problemas crônicos. Importante destacar que o levantamento de dados sobre saúde realizado pelo ITESP não atingiu o total de pessoas residentes no Assentamento Monte Alegre, pois de acordo com o órgão “muitos entrevistados não responderam a perguntas sobre saúde”.

Assim, têm-se que 279 pessoas apresentam problemas com pressão arterial elevada, 196 problemas de coluna, 121 pessoas relataram problemas com diabetes. Se considerar o total de 1914 pessoas residentes no assentamento, conforme os dados apresentados pelo ITESP, têm-se que 14,5% dos assentados no Assentamento Monte Alegre apresentam problemas com pressão arterial elevada, 10,2 % apresentam problemas de coluna e 6,3% relatam problemas com diabetes.

Pelas informações do relatório disponibilizado pelo ITESP, não foi possível avaliar as políticas públicas aplicadas à área da saúde no assentamento.

Contudo, análises como de Borges, Fabbro e Filho (2006) tomando como referência dois assentamentos rurais de reforma agrária na região de Ribeirão Preto, entre eles o Assentamento Fazenda Monte Alegre, lócus desse estudo, mostram que existe assistência à saúde no assentamento, com utilização de hospitais, farmácias e centros de saúde nos municípios do entorno, bem como Posto de Saúde e Programa de Saúde da Família no próprio Assentamento. Em relação ao Programa de Saúde da Família, destaca-se também a realização das visitas semanais dos agentes de saúde as famílias assentadas.

Além desses aspectos específicos em relação à assistência a saúde, o estudo de Borges, Fabbro e Filho (2006) destaca ainda aspectos de promoção de saúde, como a qualidade da água, o tratamento do lixo e a moradia.

No assentamento Fazenda Monte Alegre aproximadamente metade das famílias consome água filtrada ou in natura, quanto ao lixo, utilizam-se hábitos de queima e armazenagem em depósitos abertos e quanto aos domicílios, 83% possuem banheiros com instalação sanitária (BORGES, FABBRO; FILHO, 2006).

Dessa forma, é possível apontar que no assentamento Fazenda Monte Alegre, existem políticas públicas para o atendimento a saúde em suas dimensões essenciais, promoção, proteção e recuperação, propostas pela Lei 8080 (BRASIL, 1990).

No que diz respeito aos aspectos de previdência, saúde e assistência social não há na publicação do ITESP de 1998, elementos que possibilitem a análise comparativa.

5.4 Dimensão Ambiental

As variáveis que dizem respeito à relação entre o desenvolvimento rural e a dimensão ambiental, e que servem de referência de análise na proposta desse trabalho, são aquelas trazidas por Kageyama (2004) e Stege e Parré (2013) quais sejam, a utilização dos recursos naturais e a utilização de agrotóxicos.

Contudo, os dados apresentados pelo ITESP apontam que dos assentados da Fazenda Monte Alegre que responderam ao questionário, 100% dos entrevistados relataram utilizar técnicas de produção convencional.

Contudo, estudos como os de Sotratti, Gallo e Sossae (2015) e Gavioli e Costa (2011), Borges, Fabbro e Filho (2006) mostram a existência de experiências de agricultura de base agroecológica no Assentamento Fazenda Monte Alegre.

A título de conceituação, agricultura de base convencional é aquela que utiliza insumos, agrotóxicos, queima, desmatamento, técnicas desenvolvidas especialmente a partir da Revolução Verde, marco da industrialização da agricultura. Em oposição à agricultura de base convencional tem-se a agricultura de base agroecológica, que busca romper com esse padrão industrial e destrutivo na agricultura. Trata-se de uma forma de se produzir que historicamente foi sendo entendida como correta, uma vez que assegurava grandes produções. A produção de base agroecológica é aquela, portanto, que não busca apenas a produção, mas que está focada especialmente na sustentabilidade (ALTIERI, 1989, p.28).

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia, portanto, vai além de questões puramente tecnológicas, mas representa a busca de mudanças de paradigmas em relação a produção agropecuária.

Por isto mesmo, quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. (CAPORAL, COSTABEBER 2004, p.13)

Retomando a análise acerca do Assentamento Fazenda Monte Alegre, Gaviolli e Costa (2011) apontam a convivência no lócus, de elementos da agricultura de base convencional associados com elementos da agricultura agroecológica. Segundo a pesquisa realizada pelos autores, 79,4% dos entrevistados referem à utilização ampla de agrotóxicos e 76,8% a utilização de fertilizantes sintéticos. Já em relação às práticas consideradas agroecológicas, 74,3% utilizam a ciclagem dos esterco, 53,8% utilizam rotação de culturas e 40,9% a consorciação de culturas.

Borges, Fabbro e Filho (2006) apontam ainda que a utilização de agrotóxicos é uma característica da produção no assentamento Fazenda Monte Alegre, o que está em consonância com o dado trazido pelo ITESP, onde entre os entrevistados que responderam a questão, 100% afirmam utilizar a

agricultura convencional que possui como uma de suas principais características a utilização de agrotóxicos.

Considerando a publicação de 1998 do ITESP em relação ao perfil da produção, percebe-se que em relação aos dados dos assentamentos do estado de São Paulo em 1998, não houve no Assentamento Fazenda Monte Alegre mudanças significativas em termos do tipo de produção.

Em 1998, o padrão da produção nos assentamentos do estado de São Paulo era predominantemente da agricultura convencional com o “emprego de corretivos, fertilizantes químicos e orgânicos, sementes e mudas certificadas, herbicidas, inseticidas, fungicidas, formicidas e cupinidas.” (ITESP, 1998, p.75)

Conforme os dados de 2014 do ITESP no Assentamento Fazenda Monte Alegre, como também as análises de Borges, Fabbro e Filho (2006), pode-se inferir a permanência desses padrões e daí vê-se a necessidade da implementação de produção de base agroecológica, e para tanto, a política pública de educação ambiental pode constituir-se um diferencial.

5.5. O assentamento Fazenda Monte Alegre: elementos para reflexão

As dimensões do desenvolvimento rural abordadas nesse estudo (populacional, econômica, social e ambiental) buscaram trazer um panorama do Assentamento Fazenda Monte Alegre, apresentando informações que possibilitam verificar quais variáveis dentro de cada dimensão estão disponíveis para análise dentro do Assentamento Fazenda Monte Alegre. Além disso, verificar se dentro de cada dimensão estão presentes iniciativas como as políticas públicas de suporte para o desenvolvimento de cada um destes pilares.

O assentamento Fazenda Monte Alegre, resultado do processo de modificação das relações sociais de produção, conforme apontado na contextualização histórica constituiu-se como um espaço pleno de contradições, na medida em que se insere em uma região de agricultura

predominantemente mecanizada, de predominância da cadeia produtiva da cana de açúcar.

Dessa forma, estudar as dimensões do desenvolvimento rural no Assentamento Fazenda Monte Alegre é fundamental para a compreensão dos elementos que caracterizam a realidade dos assentamentos de reforma agrária nessa região.

A partir da análise proposta na metodologia, buscando comparar os dados obtidos junto ao ITESP no período de 2011 a 2014, com os dados disponíveis na publicação “Retrato da Terra” também do ITESP de 1998, apontam-se alguns elementos que permitem destacar o desenvolvimento rural nesse território.

Em relação à população, têm-se um aumento do número de idosos, possibilitando análises referentes ao aumento da expectativa de vida. No que diz respeito ao valor da produção econômica, verificou-se variações nestes valores que possibilitam perceber o aumento da renda média das famílias assentadas. Em relação à escolarização, têm-se a diminuição do analfabetismo e no que diz respeito ao tipo da produção ainda que permaneça a produção agrícola de base convencional, já existem algumas iniciativas que demonstram uma caminhada no sentido de valorização da produção de base agroecológica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvimento rural é um conceito amplo e que comporta debates variados, sendo que historicamente sempre esteve ligado a crescimento econômico, mas que especialmente a partir das décadas de 1970/1980 passa a incorporar diversas outras dimensões, como, por exemplo, populacional, social e ambiental.

Assentamentos rurais são territórios vinculados à política pública de reforma agrária, mas que na maioria das vezes encontra-se grandes entraves para o desenvolvimento dessas áreas tendo em vista fatores como os conflitos referentes a posse a terra e ainda ações capazes de garantir todas as etapas do ciclo produtivo.

Políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado na busca por assegurar, de forma direta ou indireta as condições necessárias para o desenvolvimento (econômico, social, político, cultural, entre outros) dos cidadãos.

Como esses elementos se encontraram nesse trabalho? Buscou-se construir um estudo com o objetivo de analisar o desenvolvimento rural em assentamentos rurais e as políticas públicas existentes para assegurar esse desenvolvimento. A partir da definição de 04 dimensões principais, quais sejam, populacional, econômica, social e ambiental, e tendo como referência um assentamento no estado de São Paulo, construíram-se as informações aqui apresentadas.

A partir de dados secundários, disponibilizados pelo ITESP para esse trabalho mediante solicitações, é possível concluir que o desenvolvimento rural no Assentamento Fazenda Monte Alegre está diretamente relacionado às políticas públicas. Ou seja, as dimensões nas quais se encontra maiores características de desenvolvimento, são aquelas em que políticas públicas se fazem presente.

Especialmente em relação às dimensões econômica e social, percebe-se a importância dessas ações para assegurar as condições de subsistência do assentamento.

Considerando, por exemplo, a dimensão econômica, o assentamento tem uma produção centrada na agropecuária, com destaque para a olericultura e a avinocultura. No que diz respeito à olericultura destaca-se a importância da presença do Estado através de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Direto do Campo que auxiliam no escoamento da produção, garantindo a finalização do ciclo produtivo.

Em relação à dimensão populacional, têm-se uma população jovem, com distribuição equânime por gênero e sem dados significativos em relação a cor/raça sendo que em relação às políticas públicas é possível apontar apenas algumas ações voltadas para mulheres, como linhas de crédito especiais e informação acerca do combate a violência doméstica e familiar

Em relação à dimensão social, os dados apontam escolarização, e acesso à benefícios previdenciários e sociais, cujas iniciativas são do Estado.

E no que diz respeito à dimensão ambiental, a produção no Assentamento Fazenda Monte Alegre está mais assentada na agricultura de base convencional, com a utilização de agrotóxicos, ainda que possam ser referidas algumas iniciativas de base agroecológicas. Não foram encontrados elementos que mostrem a presença do Estado através de políticas públicas nessa dimensão.

Dessa forma, a partir da análise dos dados obtidos, é possível apontar que o assentamento Fazenda Monte Alegre é composto por uma população notadamente jovem e adulta, o que demandaria políticas públicas voltadas para esse público. Assim futuros trabalhos, poderiam investigar de forma detalhada a existência, bem como a abrangência dessas políticas voltadas para esse público nesse locus específico.

É possível apontar ainda a importância de propostas voltadas para o escoamento da produção agropecuária do assentamento, daí a importância de ampliar e qualificar essas ações, justificando assim estudos futuros em relação a essa temática, na medida em que a presente pesquisa apresentou limitações devido a escassez de análises detalhadas acerca de políticas públicas específicas nas dimensões do desenvolvimento rural abordadas nesse trabalho quais sejam a dimensão populacional, econômica, social e ambiental.

7 REFERÊNCIAS

ALCORINTE, M. G. et al. Avaliação ambiental de assentamentos rurais: uma abordagem comparativa multivariada. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara SP, v.16, n.2, 2013. p.115-125.

ANDRADE, F. R. P.. OLIVEIRA, J. T. A. ESQUERDO, V. F. S. Limites para o desenvolvimento do programa de aquisição de alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras SP. In **Retratos de Assentamentos**. Araraquara SP, v.17, n.1, 2014. p. 225-233.

ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: 1989.

BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P. FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed UNB, 1998.

BORGES, J.R.P.; FABBRO, A.L.D; FILHO, P.F. Condições de vida e qualidade do saneamento ambiental em assentamentos da reforma agrária paulista – representações e práticas cotidianas. IN: **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambú MG , 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_126.pdf> Acesso em 07 jun 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Documento de Referência)**. Brasília, DF. Abri, 2013. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Documento_de_Referencia_2CNDRSS.pdf> Acesso em 10 jan 2017

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Sistema de Agricultura Familiar. Conheça as linhas de crédito do PRONAF**. Disponível em < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito> > Acesso em: 10 mai.2017

_____. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 15 mar.2017

_____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o

funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 09 jun .2017

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em: < >. Acesso em: 04 abr. 2017.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sérgio. (orgs) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**, volume 1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRANTE, V. L. S. B; BARONE, L. A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V. L. S. B. e WHITAKER, D. C. A. (orgs.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA, 2008.

_____. “Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. In: **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 26, jan./abr 2011, p. 262-305

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, Agosto/2002. p. 257-272 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>

FREITAS, A. F; FREITAS, A. F; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. In: **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro. V.46, n.6, nov./dez, 2012 p.1575-1597.

GASPARI, L. C. ; KHATOUNIAN, C. A. Características das famílias, estruturação da produção e estratégias de comercialização em um assentamento de reforma agrária. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba –SP, v.54, n.02, abr/jun 2016, p.243-260,.

GAVIOLI, F.R; COSTA, M.B.B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre na região de Araraquara. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba –SP, v.49, N.02, abr/jun

2016p.449-472. Disponível em
<<http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n2/v49n2a08.pdf>> Acesso em 25 mai, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, T. P. S. et al. Segurança alimentar e gestão municipal: uma investigação a partir de comunidade rural assentada em Araraquara. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara SP, v.16, n.2, 2013. p.175-199

GRISA, C. SCHNEIDER, S. (orgs) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IANNI, O. **Origens agrárias do estado brasileiro**. Brasiliense: São Paulo, 1984.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em 15, abr. 2016.

ITESP. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. **Assentamentos - situação quanto a localização municipal**. Disponível em <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>> Acesso em 16.Jan. 2015.

_____ Relatório de produção agropecuária dos assentamentos do estado de São Paulo 2011-2012. ITESP, 2017.

_____ Relatório de produção anual dos assentamentos do estado de São Paulo 2011-2012. ITESP, 2017

_____ Relatório de Dados Econômicos e Sociais da Fazenda Monte Alegre 2013-2014. ITESP, 2017.

_____ Retrato da Terra: Perfil Sócio-econômico dos assentamentos do estado de São Paulo. Dezembro de 1998. **Série Cadernos ITESP**. Disponível em <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/retrato_da_terra_9798.pdf> Acesso em 18, ago,2017

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. In **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. V.21, n.03. set/dez 2004, p.379-408 Disponível em <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702/4887>> Acesso em 15 jan 2017

KURANAGA, A.A; FERRANTE, V.B; ALMEIDA, L.M; BERGAMASCO, S.M. O programa de segurança alimentar “Direto no Campo” do município de Araraquara-SP: um instrumento de desenvolvimento local. In: **Anais**

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

LIMA, K.K.S, LOPES, P.F.M. A qualidade sócioambiental em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, Brasil. In: **Revista Ciência Rural**, v.42, n.12, dez, 2012.

MARQUES, V.P.M.A; GROSSI. M.E; FRANÇA,C.G. **O censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sérgio. (orgs) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MINAYO, M.C.S. (org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis; RJ: Vozes, 1994.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In **Revista Estudos Avançados** vol.15 no.43 São Paulo Set./Dez. 2001.p.83-100 Online. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009> Acesso em 15 jan 2017

PIERRO, M.C., ANDRADE, M.R. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da pesquisa nacional de educação na reforma agrária 2004. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 41 maio/ago. 2009

STEGE, A ; PARRÉ,J. L. Fatores que determinam o desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil. In: **Revista Franco Brasileira de Geografia.** n.19, 2013. Disponível em: <https://confins.revues.org/8640?lang=pt> Acesso m 19 jan 2017.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. In **Revista de Economia Política** v.30 n.3 São Paulo Julho/Set. 2010 p.511-531 Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009> Acesso em 19 jan 2017.

SOTRATTI, M.A; GALLO, Z; SOSSAE, F.C. Agricultura familiar e práticas sustentáveis de agricultura em um lote do assentamento Monte Alegre em Araraquara, SP. In: **Retratos de Assentamentos.** Araraquara SP, v.18, n.2, 2015. p.321-339

SOUZA, V.F ET AL. Processos evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, em Araraquara, estado de São Paulo. In **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v.55, n.1, 2008. p. 5-14

SOUZA, Ana Inês (org) **Paulo Freire: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STETTER, E. A. A trajetória da cana no assentamento Monte Alegre. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara SP, v.7, n.1, 2004. p.121-129

VERGES, N. M. Agroecologia: uma alternativa de desenvolvimento rural sustentável para os assentamentos rurais. In: **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia MG, v.14, n.45, mar/2013, p.237-253

ANEXOS

Anexo I – Formulário de Solicitação de Dados ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo



Formulário 10 - REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES - Biblioteca (Sobre os trabalhos do Itesp)

Eu, **Arlei Rosa dos Santos**, abaixo assinado(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG **30.618.471-0** vinculado(a) a (instituição de ensino e/ou pesquisa, órgão, empresa) **Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias em Araras SP** exercendo a função ou cargo de **Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural**

solicito da FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "José Gomes da Silva", o fornecimento dos seguintes materiais, informações, serviços:

Dados acerca do Assentamento Monte Alegre no ano de 2015/2016:

Dados Demográficos englobando natalidade, mortalidade e migração.

Dados Econômicos englobando renda, diversificação da produção e produtividade

Dados Sociais englobando educação, moradia, saúde, previdência e assistência social

Dados Ambientais englobando a utilização de recursos naturais e agrotóxicos

Dados sobre as Políticas Públicas existentes no Assentamento Monte Alegre

que serão utilizados para (pesquisa, projeto, programa, trabalho, curso, artigo, etc.) **pesquisa intitulada "Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas: estudo de caso em assentamento da Fazenda Monte Alegre"**

que se desenvolverá no período de **Março 2017** a **Abril 2017** com o objetivo de **Dissertação no Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Rural.**

apoiado(a) por (financiadora, mantenedora, patrocinadora) **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**

TERMO DE COMPROMISSO

Neste ato, assumo o compromisso de fazer uso do que ora requeiro obedecendo à ética que é reservada a um trabalho científico, respeitando a autoria dos documentos e citando a fonte de produção dos dados, conforme as normas da ABNT, bem como fornecer à Fundação ITESP cópia do que for produzido decorrente do uso do que me for fornecido, de forma a ser incorporada ao acervo bibliográfico da Fundação.

São Paulo, 03 de Março de 2017 Assinatura: 

Nome: **Arlei Rosa dos Santos**

Endereço: **Rua Campos Sales 1090 Centro Franca SP**

Telefone: **(16) 99371-1191** e-mail: **arlei.rds@hotmail.com**

Data prevista para conclusão dos trabalhos: **03/ 04/ 2017**

ENCAMINHAMENTO

Atendido por: _____ Data: ____/____/____

Autorizado por: _____ Data: ____/____/____

Custo: R\$ _____ (_____)

ANEXO II – Comprovante de envio por parte do ITESP do Relatório do Assentamento Fazenda Monte Alegre

03/07/2017

Email – arlei.rds@hotmail.com

Dados de Produção e Sociais - assentamento Monte Alegre

helinecastro@sp.gov.br

seg 17/04/2017 18:43

Para: arlei.rds@hotmail.com <arlei.rds@hotmail.com>;

Co: lcoqueiroz@sp.gov.br <lcoqueiroz@sp.gov.br>; rvcunha@sp.gov.br <rvcunha@sp.gov.br>; gabriela@itesp.sp.gov.br <gabriela@itesp.sp.gov.br>; macedochris.itesp@gmail.com <macedochris.itesp@gmail.com>;

📎 1 anexo (5 MB)

Dados Assentamento Monte Alegre .texto.pdf;

Boa tarde Arlei,

Seguem os dados de produção e sociais solicitados a respeito do assentamento Monte Alegre, por meio do Profl/Itesp Nº 99/2017, para fins de pesquisa.
Atenciosamente,

Heline Elias Castro
Supervisora do Grupo de Gestão Social
Fundação ITESP
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania
Tel.: (11) 3293-3358
e-mail: helinecastro@sp.gov.br
Site: [www.itesp.sp.gov.br]www.itesp.sp.gov.br